

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Migração Interna Populacional
e sua Participação no
Desenvolvimento Regional
No Final do Século XX.**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

GILSON QUEIROZ TAVARES

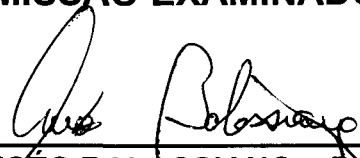
Rio de Janeiro, 2001

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

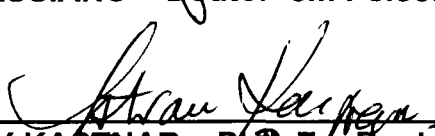
**Migração Interna Populacional e sua Participação
No Desenvolvimento Regional no
Final do Século XX.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR
GILSON QUEIROZ TAVARES

E
APROVADA EM 19/02/2002
PELA COMISSÃO EXAMINADORA



MOISÉS BALASSIANO – Doutor em Psicologia Quantitativa



ISTVAN KAROLY KASZNAR – Ph.D. Em Business Administration



RICARDO STAVOLA CAVALIERE – Doutor em Educação

PRIMEIRA CARTA DE SÃO PEDRO

UM LAR PARA QUEM NÃO TEM CASA

Esta carta foi escrita “aos que vivem dispersos como estrangeiros” por todas as regiões da Ásia Menor. São, portanto migrantes que vivem fora da pátria (1,17), seja porque partiram em busca de trabalho para sobreviverem, seja porque eram escravos comprados que permaneciam na casa de seus senhores, longe do local de origem. Esses cristãos tinham deixado suas raízes, os parentes e amigos e se encontravam em situação de isolamento em regiões que não lhes davam aconchego e acolhida que tinham na própria terra. Sofriam humilhações, injúrias, perseguições por serem estrangeiros e cristãos. Pedro escreve, mostrando que a união entre eles, seja na família, seja na comunidade, há de ser tão fraterna e acolhedora, que formem juntos a “casa de Deus”. Por isso, a carta respira clima de alegria, fraternidade e esperança. Essa união e enraizamento na fé, através de um testemunho de vida, será a retaguarda sólida diante de uma situação hostil (3,13-17; 4,4-5).

A carta foi escrita de “Babilônia”, que provavelmente designa a cidade de Roma. (cf. Ap 18,2.10.21). A data provável é o período imediatamente anterior à perseguição desencadeada por Nero no ano 64 d.c.

RESUMO

A divulgação dos primeiros blocos de resultados do Censo Demográfico de 2000 traz importantes oportunidades de constatação sobre os padrões de evolução e distribuição demográfica brasileira nos anos 90. Nesse sentido, ao tratar do comportamento reprodutivo, destaca a continuidade do declínio dos níveis de fecundidade, associando-o a mudanças na organização econômica e espacial. Quanto à mortalidade, ressalta-se sua queda sistemática nas últimas décadas. Por último, em relação às migrações e redistribuição espacial da população, enfatizam-se as alterações nos fluxos migratórios recentes, a desaceleração do crescimento de algumas regiões metropolitanas e áreas do Sudeste, enquanto aumentam relativamente a retenção populacional no Nordeste e o deslocamento para o Norte e para o Centro-Oeste.

ABSTRACT

The release of the first results of the 2000 Demographic Census offers an outstanding opportunity to observe Brazil's developmental standards and demographic distribution during the 1990s. It underlines the ongoing decline of birth rates nationwide, associating this with alterations in economic and spatial organization. It notes an ongoing decline in mortality rates over the past decades. Finally, with regard to migrations and spatial redistribution of the population, it emphasizes alterations in recent migratory flows and the slowdown in growth for some metropolitan regions and areas in the Southeast, with a relative upswing in retention of the population in the Northeast and the shift to the North and Center-West.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Introdução.....	01
1.1 – O problema.....	01
1.2 – Objetivos Intermediários.....	06
1.3 – Delimitação do Estudo.....	07
1.4 – Relevância do Estudo.....	08
1.5 – Definição dos Termos.....	12
CAPÍTULO 2 – O Fenômeno da Urbanização.....	14
2.1 – Controvérsia sobre a Urbanização.....	17
2.1.1 – Urbanização Rápida: Bênção ou Praga?	18
2.1.2 – Migrantes: Quem, Por Quê e Como?.....	19
CAPÍTULO 3 – Retrospectiva Demográfica no Século XX.....	21
3.1 – Fundamentos da ordem econômico-demográfica.....	21
3.1.1 Imigração provocada.....	22
3.2 - Aspectos econômicos de brasileiros natos de 1900 a 1940.....	23
3.3 – Os movimentos migratórios de brasileiros natos de 1940 a 1960.....	29
3.4 – Os movimentos migratórios de brasileiros natos de 1960 a 2000.....	33
3.4.1 – Distribuição inter-regional.....	33
3.4.2 – Distribuição rural-urbana.....	37
3.4.3 – Movimentos migratórios	40
CAPÍTULO 4 – Base Teórica para Estudo de População.....	46
4.1 – Teoria da migração.....	47
4.1.1 – Antigas perspectivas econômicas.....	48
4.1.2 – Modelo econômico ortodoxo da análise de migração.....	49

4.1.3 – Modelo psicológico da análise de migração.....	50
4.1.4 – Modelo randômico da análise de migração.....	51
4.2 – Fecundidade.....	51
4.2.1 – Determinantes próximos da fecundidade.....	55
4.2.2 – Política populacional e planejamento familiar.....	56
4.2.3 – A transição demográfica.....	57
4.3 – Mortalidade.....	58
4.3.1 – A queda da mortalidade.....	59
4.4 – Educação.....	61
4.4.1 – A Redução do Analfabetismo.....	62
4.4.2 – A educação como determinante sócio-econômico da queda da fecundidade.....	67
4.4.3 – A educação como determinante sócio-econômico da queda da mortalidade infantil.....	70
4.5 – Saúde.....	71
CAPÍTULO 5 – Retrato do Migrante.....	76
5.1 – Quem são os migrantes.....	77
5.2 – De onde vêm os migrantes.....	82
5.3 – Por quê as pessoas migram.....	84
5.4 – Por quê as pessoas retornam.....	86
CAPÍTULO 6 – Conclusão.....	89
Bibliografia.....	93
ANEXO - Questionário	99

CAPÍTULO 1

Introdução

1.1 O problema

No panorama demográfico do Brasil, as migrações internas assumem significativa importância em face de suas diferentes implicações quanto aos aspectos e problemas sócio-econômicos pertinentes.

Na realidade, o processo migratório reflete a própria redistribuição de recursos humanos resultantes das diferenças na oferta de oportunidades prevaletentes em áreas distintas. Contudo, esse processo nem sempre ocorre de modo uniforme, podendo apresentar desequilíbrios decorrentes das próprias imperfeições dos mercados de trabalho e de insuficiências que não raro se manifestam na incapacidade de absorção de mão-de-obra por parte do sistema produtivo.

Os movimentos populacionais são vistos como componentes de um processo de decomposição, recomposição e reafirmação das estruturas numa sociedade, e das inter-relações dos grupos sociais, com reflexos no sistema vigente. O ponto de partida de um estudo de migração é reconhecer a existência de um sistema sócio-econômico integrado que dê sentido ao fenômeno migratório.

O dualismo sócio-econômico, comumente exemplificado nas análises comparativas pelo quadro das Regiões Nordeste e Sul do país, embora também de ocorrência intra-regional, tem efeito direto sobre o capital humano e a dinâmica populacional.

A migração é um movimento contínuo de grupos sociais diferenciados, entre estruturas sócio-espaciais específicas, cujas intra e inter-relações determinam a dinâmica do processo. Todo lugar é ao mesmo tempo lugar de origem e de destino; são pontos de passagem com maior ou menor capacidade de reter a sua própria população e a que por ali passa.

Nessa linha, assume papel relevante o inter-relacionamento e a articulação entre a distribuição espacial da população e das atividades econômicas, em suas variações regional, sub-regional e urbana. A administração do desenvolvimento não deve circunscrever-se a esquemas onde as prioridades setoriais prevaleçam sobre os objetivos mais transcendentais, como os relacionados ao desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões e entre os grupos sociais.

A migração interna desempenhou um papel importante nesse processo de concentração populacional, fato que, pôr sinal, até hoje persiste. Sempre em busca de novas oportunidades de trabalho, contingentes populacionais deslocaram-se paulatinamente para as regiões cujas economias se desenvolviam mais rapidamente.

A mudança do lugar de nascimento constitui o ponto de partida de todo processo de deslocamento do migrante. Vários são os motivos que contribuem para o início do percurso de moradia. Refletem sempre questões conjunturais, estruturais e também os aspectos pessoais do cotidiano.

Constata-se que há um conjunto de variáveis sócio-econômicas e familiares que levam à mudança de moradia, os chamados motivos ou determinantes dos deslocamentos.

Nessa linha, PAVIANI, (1990:8) afirma que

“Não se trata de negar a importância da dimensão psicológica da mobilidade residencial, mas sim circunscrever as motivações a uma situação social gerada pela interseção dos processos produtivos e de reprodução da força de trabalho e, sobretudo, do Estado, a quem, cada vez mais são alocadas as responsabilidades pelas custas de reprodução desta e, (...) pelas decisões ao nível da produção do espaço”

A quase totalidade do contingente migratório tem o sonho de conseguir melhores condições de vida, acreditando encontrar, com maior facilidade, trabalho digno, moradia, tratamento médico e educação para toda a família.

Após a Revolução de 30, a dinâmica populacional brasileira caracteriza-se por um forte crescimento vegetativo, com ampla migração interna, que *“teve o papel de viabilizar um modelo de desenvolvimento espacialmente concentrado, com um mercado urbano relativamente reduzido, apoiado em amplos recursos naturais e na extrema pobreza da população rural”* (PATARRA, 1984).

Dessa forma, a Região Centro-Sul passou a constituir a ponta de lança da indústria e da agricultura mais desenvolvida, vindo a debilitar essas atividades nas outras regiões do país à medida que o mercado nacional se unificava ou seja: Nordeste, extremo Sul e Norte. Exemplo disso é a destruição do artesanato nas zonas rurais e das pequenas vilas e povoados, bem como de pequenas fábricas locais, através da penetração de produtos fabris do Centro-Sul nas demais regiões.

Esse processo de industrialização induz a um ciclo de migrações internas que, durante mais de quatro décadas, fornece mão-de-obra para as áreas de concentração do desenvolvimento econômico, o que só foi possível porque o crescimento vegetativo da população se acelerou consideravelmente.

Constata-se, ainda, uma forte presença do Estado na elaboração das políticas econômicas, fato que propiciou, através de programas de incentivos fiscais, a incorporação de novos espaços periféricos ao processo produtivo, mediante criação de novos pólos industriais, conquanto independentes do núcleo.

Para que se tenha uma política migratória séria e definitiva é fundamental que se tente buscar uma racionalização do processo de distribuição espacial da população, explicitando e articulando as alternativas de ocupação territorial e expansão econômica, abrindo-se mão de processos paliativos, bem como objetivando reduzir o custo social e individual da migração ou reorientar seus fluxos, segundo as flutuações detectadas no mercado de trabalho.

Comenta, a respeito, Patarra (PATARRA, 1984):

“(...) daí a necessidade de uma política de transporte e de construção de estradas, propiciando a constituição de frentes de expansão agrícola e por outro lado, o capitalismo industrial monopolista expande-se, e ocupação do Centro-Oeste, parte da Região Norte e parte da Amazônia.”

Todas essas alterações na estrutura produtiva ocorreram num momento em que a dinâmica demográfica brasileira também passava por grandes transformações. Nesse sentido, observa-se que o crescimento populacional brasileiro até 1940 era relativamente lento, com taxas de crescimento situando-se em torno de 2% ao ano.

Predominavam, nessa etapa, altas taxas de natalidade e de mortalidade, bem como a presença importante das migrações internacionais — que historicamente foram responsáveis por uma parcela importante do crescimento demográfico brasileiro, principalmente até 1930, ano em que passaram a tornar-se inexpressivos.

Entretanto, a partir do momento em que a sociedade brasileira começa a se transformar, adquirindo conotações mais urbanas e industriais, há uma aceleração do crescimento populacional até 1970, com diminuição desse crescimento logo em seguida.

Do ponto de vista migratório, essas mudanças poderiam estar sugerindo uma diminuição na intensidade e/ou um redirecionamento dos fluxos migratórios, sobretudo daquelas regiões que tradicionalmente apresentavam elevadas taxas de crescimento e uma grande concentração de população.

Os efeitos desses processos poderiam estar indicando um certo “imobilismo populacional” ou um arrefecimento do processo migratório, assim, como uma mudança no sentido dos fluxos migratórios que teriam se tornado predominantemente de curta distância, ou de caráter intra-regional, em detrimento dos tradicionais fluxos de longa distância.

Diante deste quadro, torna-se evidente a impossibilidade de análise do problema da migração por uma ótica simplista, sem buscar-se a integração do espaço regional, urbano e rural, criando-se um ambiente adequado para a expansão econômica, social e para a absorção populacional. Assim, questiona-se: **quais os possíveis indicadores de impacto do fenômeno migratório da população no processo de desenvolvimento regional neste final de século?**

1.2 Objetivos intermediários

Para responder à questão supra formulada, buscamos atingir os seguintes objetivos intermediários:

- a) Identificar o comportamento da migração segundo as Leis de Ravenstein;
- b) Identificar possíveis causas do declínio da fecundidade;
- c) Identificar possíveis causas do declínio da mortalidade;
- d) Identificar o perfil do migrante do novo século.
- e) Identificar os efeitos demográficos da migração de retorno;
- f) Identificar alguns fatores sociais associados à migração.

Ressaltamos que esta dissertação tem caráter pragmático. Com o caso pesquisado, procuramos obter informações que corroborem com os estudos migratórios existentes nos principais centros demográficos e sociais do país.

1.3 Delimitação do estudo

O trabalho pretende abordar a importância da migração no contexto social e econômico, isto é, o problema migratório não se reduz à mera transferência de um contingente humano que, em determinado período, desloca-se entre duas regiões e muda de residência de forma permanente.

Uma definição mais criteriosa teria que incluir outras possibilidades como, por exemplo, a Migração de Retorno – definida como aquela em que o natural da Unidade da Federação de recenseamento é procedente de outra Unidade da Federação –, e abranger também as migrações temporárias. Especialmente as últimas, apesar de não explicitadas nas estatísticas censitárias, são tão importantes quanto às permanentes e podem até ser mais expressivas, sob o aspecto numérico ou sócio-econômico.

Em face do grande número de vertentes relacionadas ao movimento migratório nas microrregiões do país, concentramo-nos no presente estudo àquelas que ocorrem no âmbito do Estado e da Região Metropolitana.

Com respeito à temporalidade, abordamos a questão partindo da coleta de dados realizada pelo IBGE, nos censos demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, na contagem da população de 1996 e no de 2000 (dados preliminares).

O tema migração, complexo, essencialmente social e com determinações múltiplas, apresenta interações peculiares com as heterogeneidades de uma formação histórico-social concreta. Não é nossa pretensão discutir as diferentes posições que o tem norteado, pois tal procedimento fugiria ao escopo do trabalho. Também não é nossa intenção adentrar na discussão sobre a diversidade conceptiva da definição da migração.

1.4 Relevância do estudo

Segundo Milone (MILONE, 1986), até recentemente os movimentos migratórios eram vistos somente pelo prisma favorável da sua contribuição ao desenvolvimento econômico. A migração interna era entendida como um processo natural através do qual o excedente da mão-de-obra utilizado na agricultura era gradualmente redirecionado para a força de trabalho necessária ao crescimento do setor urbano.

Segundo Carvalho & Martine (CARVALHO&MARTINE, 1977), ao analisarmos o fenômeno migratório populacional através de uma perspectiva essencialmente urbana e local, observamos que a migração gera uma gama enorme de fatores de desequilíbrio, provenientes, em sua grande maioria, das necessidades e interesses resultantes dessa nova situação.

Dentre os fatores mais visíveis, salientam-se os seguintes:

- a) Pressão sobre o mercado de trabalho com reflexo na estrutura de salários;
- b) exigências adicionais em matéria de fornecimento de serviços básicos e de atendimentos sociais, tendo em vista a sobrecarga detectada no consumo de água,

esgoto, energia elétrica, transporte, habitação, assistência médica e escola;

- c) contribuição para o agravamento do desequilíbrio existente entre a produção e o consumo de produtos alimentares básicos;
- d) contribuição para o agravamento de desequilíbrios setoriais e regionais.

Atualmente, o processo migratório é analisado também por outra ótica, não tão positiva quanto à anterior, na medida em que fica evidenciada a desproporção da taxa de criação de novos empregos em relação à significativamente maior taxa de migração.

Os diversos estudos econômicos de migração de que se tem conhecimento, em sua grande maioria, procuram observar e entender o migrante em potencial, que analisa de forma racional os custos e os retornos de um possível movimento migratório interno, concluindo pela decisão de migrar desde que o retorno se apresente racionalmente superior aos custos do ato de migrar (MILONE, 1986).

A crescente aglomeração de informações estatísticas sobre desenvolvimento regional tem permitido, nos últimos anos, uma análise mais detalhada sobre as relações existentes entre o processo nacional de desenvolvimento econômico e os desníveis regionais de crescimento.

Através da conscientização política da população e da busca por maior equilíbrio social entre as diferentes regiões do Brasil, verifica-se um crescimento acentuado no processo reivindicatório por melhores níveis de desenvolvimento econômico e social. Essa tomada de consciência se reflete, de maneira clara e

inequívoca, através de tensões sociais, que podem vir a ser direcionadas de forma a evitar que os problemas regionais sejam analisados dentro da perspectiva do desenvolvimento nacional, fato que poderá vir a colaborar objetivamente para uma profunda distorção na alocação de recursos escassos, gerando crises de porte incomensurável.

Quando examinamos os aspectos de política de desenvolvimento regional que estão incorporados nos diferentes programas e planos nacionais de desenvolvimento, observamos que as metas de política espacial passaram a ter maior relevância, porém, ainda de forma pouco significativa.

No Brasil, ainda não atingimos um estágio em experiência de planejamento que propicie análise consciente da regionalização de um plano nacional, onde a coordenação federal do planejamento regional seja estabelecida de forma contínua, ou ainda em que a institucionalização da cooperação inter-regional seja possível entre numerosas agências de planejamento nas unidades da Federação.

Mesmo além de nossas fronteiras, observamos que as forças polarizantes da Região Metropolitana são tão vigorosas que o crescimento desordenado da metrópole constitui sérios problemas. Esses problemas são de tal ordem que não apresentam apenas aspectos negativos de dimensão social (favelas, criminalidade, desemprego etc.), mas também administrativa (escassez de recursos públicos para investimento em saneamento básico, instrução, saúde, etc.) e econômicas (capital social muito elevado, custo da terra, congestionamento de vias de acesso).

É importante, ao analisarmos tais fatos, notar que se a localização e a forma de organização das atividades econômicas determinam as modalidades da migração, então é preciso analisar também como tais fatores irão contribuir para auxiliar quem toma as decisões que influenciam a mobilidade das pessoas, como e onde as pessoas vão morar e trabalhar.

A falta de informação oficial sistemática sobre a dinâmica migratória recente no Brasil faz com que a análise de fontes alternativas de informação sobre migração adquira importância fundamental.

Para Beltrão (BELTRÃO, 1989), as informações constantes nos Censos Demográficos até 1980, sobre situação do domicílio anterior e tempo de residência na unidade da federação ou município, são de poucas utilizações para mensurar o processo migratório.

Em que pese essa falta de informações, a Fundação IBGE divulgou o último Censo Demográfico de 1991 e a pesquisa de contagem da população de 1996, que entre outras contribuições, permitiram identificar o ritmo do crescimento e a distribuição da população nas diversas cidades e regiões do país. Esses dados, indiretamente, demonstraram mudanças nas tendências migratórias recentes e subsidiaram a elaboração de vários estudos que procuraram interpretar e avaliar o sentido da mudança (MARTINE, 1994).

A próxima divulgação de dados censitários, pelo IBGE, será referente ao ano 2000 e deverá estar disponível no final de 2001, quando a sociedade terá à disposição uma nova e imensa gama de importantes informações para a elaboração de novos estudos referentes à dinâmica migratória, convergindo, conseqüentemente, para uma nova política espacial elaborada e fundamentada por programas e planos nacionais de desenvolvimento.

1.5 Definição dos termos.

Oferecemos, a seguir, a definição técnica dos principais termos que se utilizam neste trabalho:

- I. *Área de Origem* - aquela a partir da qual se dá o deslocamento migratório.
- II. *Área de Destino* - aquela onde termina um deslocamento migratório.
- III. *Estabelecimento de saúde* – classificação do estabelecimento de saúde, de acordo com a existência de especialidades básicas, em: **especializado** — quando tem uma especialidade predominante, com ou sem internação, dispendo de profissional qualificado e equipamento básico para atendimento na especialidade; **com especialidades** — quando tem capacidade de atendimento em mais de uma especialidade, admitindo até cinco como principais, sem que uma delas seja dominante, mesmo que se destaque por ter maior capacidade de atendimento.
- IV. *Crescimento vegetativo* – nascimento menos morte.
- V. *Correntes migratórias* - número total de deslocamentos procedentes de uma mesma área de origem, que se orientam para uma mesma área de destino.
- VI. *Contracorrente* - procedimento inverso observado nas Correntes Migratórias.

- VII. *Medidas de coorte* – uma coorte corresponde a um grupo de pessoas que experimenta o mesmo evento significativo em um particular período de tempo.
- VIII. *Migrante* - pessoa cuja área de residência na data do ou da pesquisa por amostragem não tiver sido a mesma da de nascimento. Sabendo-se que todo migrante é um emigrante em relação à área de origem e um imigrante em relação à área de destino.
- IX. *Migração líquida* - É o saldo dos deslocamentos havidos em direções opostas. Corresponde, para uma área determinada, à diferença entre a **imigração** e a **emigração**.
- X. *População urbana* – população que reside no interior do perímetro urbano de cidades e vilas, que tem uma definição legal.
- XI *Taxa bruta de mortalidade (TBM)* – quociente entre o número de óbitos ocorridos durante um ano civil e a população total ao meio do ano civil. Representa frequência com que ocorrem os óbitos em uma população.
- XII *Taxa bruta de natalidade (TBN)* – quociente entre o número de nascidos vivos em um ano civil e a população total ao meio do ano civil. Representa a frequência com que ocorrem os nascimentos de uma população.
- XIII *Taxa de mortalidade infantil* – Frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil.

CAPÍTULO 2

O Fenômeno da Urbanização

O Brasil oferece um contexto interessante e proveitoso para o estudo da urbanização. Conta com uma das mais altas taxas de crescimento urbano da América Latina. É também uma “nação predominantemente urbana” — isto é, com uma parcela maior da população vivendo na cidade que no campo — cujo divisor de águas foi o ano de 1963, embora durante toda a década de 1960 tenha ocorrido enorme êxodo rural.

Nesse período um de cada cinco brasileiros tomou o rumo da cidade. Esse fato não apresentou sinais de declínio até o final do século. A tabela 1 mostra a taxa comparativa de crescimento rural e urbano no Brasil de 1940 a 2000.

Tabela 1

Evolução da População Urbana e Taxa de Urbanização (%) do Brasil:
1940 a 2000 (por mil hab.)

Ano	População	Urbanização
1940	41.165	31,29
1950	51.941	36,16
1960	70.070	44,67
1970	93.139	55,92
1980	119.002	67,59
1991	146.825	75,59
2000	169.544	81,22

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1940 a 2000

O Censo 2000 detectou um movimento populacional em direção a regiões litorâneas e uma tendência crescente de urbanização. Em 1991, 75,6% dos brasileiros

moravam em áreas urbanas. Dez anos depois, a taxa subiu 5,6 pontos percentuais. No Sudeste, a parcela de habitantes nas cidades é ainda maior: 90,5%. E as regiões Norte e Nordeste concentram o maior contingente de população rural, com 30,3% e 31%, respectivamente, conforme se observa na tabela 2.

Tabela 2

Proporção da População Urbana nas Macro-regiões do Brasil – 1970/2000

GRANDES REGIÕES	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	55,92	67,59	75,99	78,36	81,22
Norte	45,13	50,32	59,05	62,36	69,70
Nordeste	41,81	50,46	60,65	65,21	69,04
Sudeste	72,68	82,81	88,02	89,29	90,52
Sul	44,27	62,41	74,12	77,22	80,93
Centro-Oeste	48,04	70,84	81,28	84,42	86,73

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e Contagem da População 1996

Segundo Baeninger (BAENINGER, 2000), o país vive hoje um terceiro ciclo de urbanização marcado por movimentos intra-regionais. Ou seja, as pessoas se estabelecem em cidades pequenas e se deslocam pela região de acordo com a oferta de empregos.

De acordo com a autora o primeiro ciclo, nos anos 70, foi marcado pelas migrações, principalmente do Nordeste e Norte, em direção aos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Cerca de 30 milhões de brasileiros migraram nesse período. Numa segunda etapa, esses deslocamentos tinham como destino cidades médias também do Sudeste que, entre 1980 e início dos 90, receberam quase 10 milhões de migrantes. Já nos últimos dez anos, os deslocamentos ocorreram principalmente entre cidades de uma mesma região ou de um mesmo estado.

Ainda, segundo Baeninger, “*hoje o que predomina são movimentos intra-regionais, entre cidades de regiões com vocação econômica bem definida*” (BAENINGER, 2000:23). Esse processo gera novas demandas por sistemas de transporte, saúde e educação mais eficientes nos locais por onde as populações transitam. Nesse sentido, conforme observa Baeninger, “*houve uma redistribuição da população para municípios menores e essas cidades só podem ser atendidas a partir de suas vocações dentro do contexto na região a que pertencem*” (BAENINGER, 2000:23).

A densidade da população brasileira tem revelado que a reestruturação do espaço do país comporta não só o esforço do padrão histórico de concentração populacional próximo à costa, como a expansão do movimento de interiorização radicado em forças modernizadoras do agronegócio conforme tabela 3.

Tabela 3

Densidade demográfica, segundo as grandes regiões: 1940-2000

Grandes Regiões	Densidade demográfica (Hab./ Km)							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	4,88	6,14	8,29	11,01	14,07	17,18	18,38	19,83
Norte	0,41	0,52	0,72	1,01	1,65	2,59	2,92	3,34
Nordeste	9,36	11,95	14,38	18,23	22,57	27,22	28,68	30,53
Sudeste	19,97	24,54	33,34	43,38	56,31	67,66	72,25	77,93
Sul	10,20	13,95	20,91	29,35	33,86	38,34	40,74	43,44
Centro-Oeste	0,67	0,92	1,57	2,70	4,01	5,85	6,51	7,21

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940 a 2000 e Contagem da População 1996

Por um lado, os maiores índices de densidade populacional foram impulsionados pelo dinamismo econômico concentrado no eixo São Paulo – Belo Horizonte – Rio de Janeiro. Por outro lado, a incorporação do interior ao mercado nacional e a

descentralização de segmentos industriais a partir da base paulista consolidaram o adensamento populacional em direção a amplos eixos do interior do país.

2.1 Controvérsia sobre a urbanização.

Talvez nenhuma das grandes cidades dos países em desenvolvimento esteja conseguindo o necessário incremento em termos de oportunidades de trabalho, serviços urbanos, infra-estrutura, acomodações e capacidade administrativa, que permita absorver o crescimento populacional das últimas quatro décadas. Tal disparidade, que faz com que a urbanização se processe a uma velocidade maior do que a industrialização. A criação de instituições urbanas compatíveis denomina-se **superurbanização** ou **hiperurbanização** (FRIEDMANN, 1977:3).

No Brasil esta tendência é nítida, e se vincula ao processo de industrialização e desenvolvimento econômico. A força de trabalho urbana, por exemplo, cresceu na ordem de 9,2 milhões na década de 1950-1960, mas 62% dessa força adicional permaneceu desempregada. Cerca de 600 mil empregaram-se na indústria e 2,9 milhões em serviços, enquanto o restante, 5,7 milhões, encontrava-se “inativo”. O problema do desemprego ou “inatividade”, portanto, tem-se agravado a cada década (SCHUH & WHITAKER, 1968:23).

Seja a migração, o crescimento natural ou a supermecanização a causa principal da hiperurbanização, o fato é que o fenômeno constituiu um dos principais desafios do nosso tempo para os planejadores. Soluções amplas são necessárias a longo prazo, mas a curto prazo os próprios atingidos pelo problema improvisam suas próprias

soluções. Em termos de renda, muitas ocupações remuneradas sustentam famílias inteiras, ainda que não sejam reconhecidas formalmente como emprego. Por outro lado, o desemprego, ainda que elevado, em geral não dura muito para os residentes em cidades, sendo em parte compensado com biscates.

2.1.1 *Urbanização rápida: bênção ou praga*

Há três escolas de pensamento que abordam o problema dos migrantes na cidade: uma negativa, uma positiva e outra cinicamente condescendente. A primeira vê a superurbanização como um desastre, que simplesmente transfere a pobreza rural para a cidade e cria no sistema social urbano um setor parasita, difícil de modernizar. Nas palavras de Bárbara Ward, “*quando o migrante pobre e sem qualificação vem para a cidade em pós da industrialização, o resultado é a miséria, o desespero, a desordem e a violência*” (WARD, 1991: 174).

Os que pertencem à corrente positiva, por outro lado, consideram a urbanização acelerada como uma bênção, ainda que nem sempre evidente. Contestam a noção de que o alto índice de crescimento das cidades tenha sido economicamente indesejável. John Friedmann, por exemplo, vê a urbanização – inclusive a **hiperurbanização** – como sendo “uma condição indispensável para a rápida expansão das economias nacionais”. Sustenta que, mesmo com oportunidades industriais limitadas, o influxo rural-urbano é um melhor sinal de progresso econômico do que a urbanização reduzida: “Esta implica imobilismo, enquanto aquele é índice de movimento e de ruptura de padrões antigos, o que conduz ao progresso econômico” (BROWNING, 1968:111-20).

Outro tema de debate é a idéia de que a urbanização rápida produz a “modernização” das atitudes. Um relatório da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, típico dos anos intermediários da década de 1960, concluía que a acelerada urbanização da América Latina “aparentemente era uma circunstância auspiciosa”, acrescentando a indagação “a cidade grande não é exatamente... o veículo da modernização”.

A terceira escola de pensamento na questão da urbanização acelerada inclina-se a ser mais condescendente do que a negativa, e mais resignada do que a positiva. Como a antiga Escola de Sociologia de Chicago, considera que os pobres e os grupos minoritários talvez sejam indesejáveis mas, de qualquer maneira, constituem parte natural e inevitável da paisagem urbana.

2.1.2 Migrantes: quem, como e por quê?

Se se quiser compreender os problemas da superurbanização, é necessário saber algo sobre as causas da migração e as características dos migrantes. A compreensão que delas se abstrair não apenas afetará os juízos sobre a questão mas também contribuirá substancialmente para fixar as diretrizes referentes aos próprios migrantes. Três indagações principais se apresentam com respeito ao movimento migratório no sentido da cidade.

Em primeiro lugar, quem emigra? São todos eles do nível social mais baixo, do campo, e das classes mais pobres? Em segundo, os migrantes chegam à cidade de uma vez para sempre, ou vêm escalando, desde as cidades pequenas para as maiores, ou

seguem um padrão de ida-e-volta acompanhando as estações? E, concomitantemente, eles vêm sós, ou com outros, têm conhecidos na cidade ou não? Finalmente, as pessoas emigraram expulsas pelas más condições da vida rural, ou atraídas pela agitação e oportunidades da cidade? No Capítulo 5 apresentamos dados estatísticos colhidos no Rio de Janeiro, através de estudos empíricos, sobre estas questões.

Acredita-se em geral que os que abandonam o campo simplesmente não teriam condições de ali sobreviver, e são os mais miseráveis, doentes e desesperados elementos da sociedade rural. Jorge Balan (1969), num levantamento do que se escreveu sobre o assunto, constatou três suposições dominantes:

- a) que os migrantes de origem rural predominam nas correntes migratórias para as cidades grandes;
- b) que a maioria dos migrantes origina-se dos estratos inferiores da sociedade;
- c) que existem grandes diferenças quanto à posição econômica-social entre nativos e os migrantes.

Curiosamente, nenhuma dessas hipóteses foi confirmada por seus estudos empíricos (BALAN, 1969:4). Ademais, outra pesquisa (SOVANY, 1964:175-89).comprova que “no mundo inteiro os que se transferem para as cidades grandes estão acima das médias nacionais quanto à educação, aptidão, e adaptabilidade à vida urbana, e em algumas cidades não têm problemas em conseguir trabalho, competindo com os nativos”.

CAPÍTULO 3

Retrospectiva Histórica da Concentração Econômica e Demográfica no Brasil até o Final do Século XX

3.1 Fundamentos da ordem econômico-demográfica.

Este capítulo objetiva explicar o movimento migratório em função da história econômica e demográfica do Brasil de 1900 até o final da década de 90.

Qualquer consideração sobre a evolução populacional brasileira deve começar com dois temas obrigatórios: a relativa precariedade de dados para o período considerável de nossa história e o papel decisivo exercido pelo “econômico” sobre o “demográfico”, sobretudo no que concerne aos primeiros séculos de colonização.

Desde o início da colonização do Brasil, percebe-se no bojo da política adotada pela Coroa Portuguesa, a defesa do grande capital em detrimento das populações envolvidas no processo produtivo. Naquela época, já era comum a utilização de grandes latifúndios para a produção de um único produto destinado ao comércio internacional.

No alvorecer da República, as terras devolutas do Império passam à propriedade dos Estados recém-instituídos e, logo a seguir, grande parte delas é adquirida por ricos proprietários, que aumentam assim, ainda mais, seu patrimônio fundiário. Estabeleceu-se desse modo, na Colônia, o padrão dimensional da propriedade rural brasileira.

No Brasil, notadamente nas regiões meridionais, onde se instalaram, a partir do século XIX, com a colonização ítalo-germânica, eslava e, posteriormente, a japonesa, já se pode distinguir uma classe média razoavelmente bem estruturada, ocupando áreas médias acima dos padrões do restante do país, onde o sistema social e econômico do período colonial deixou marcas profundas.

O Brasil teve sempre sua economia gravitando em torno de algum produto-rei. Do pau-brasil ao café, incluindo-se regionalmente os produtos ancilares, todos eles impuseram, de uma forma ou de outra, com maior ou menor profundidade e extensão, suas características e conseqüências à vida brasileira.

O Brasil é um país constituído a partir do deslocamento de pessoas – **imigração**. A imigração, sob variadas formas, contribuiu de maneira apreciável para o povoamento e colonização da terra brasileira, desde os primeiros tempos de nossa história. Podemos reconhecer três principais fases da migração externa no Brasil: **provocada, livre e controlada** (TAVEIRA, 1978).

3.1.1 Imigração Provocada.

Nasceu da necessidade **premente e inadiável** de ocupação, defesa e exploração econômica da terra descoberta. Teve lugar desde os primeiros tempos da colônia até a Independência; como imigrantes, predominaram os portugueses e negros africanos, que para aqui vieram de **maneira forçada** – negros africanos, como escravos, de forma regular a partir de 1550, e degredados – e de **maneira espontânea** – descendentes dos reinos em busca das riquezas do novo mundo ou em troca de facilidades oferecidas pela Coroa.

Imigração Livre. Durou desde a Independência até a Constituição de 1934. Tinha por objetivo promover a ocupação e colonização dos vazios demográficos ou o desenvolvimento específico de determinadas áreas ou formas de economia.

Denominada “livre” por ser realizada de maneira mais ou menos anárquica, sem obediência aos princípios ditados por uma política imigratória, no caso, inexistente; careciam, então, os governos de um órgão especializado de controle de seleção, recepção e distribuição dos imigrantes. Uma verdadeira política imigratória só veio ocorrer em 1934 com a Constituição Brasileira.

Imigração Controlada. A partir da Constituição de 1934, as circunstâncias da vida nacional levou o país a estabelecer uma Política Imigratória que conduzisse a um melhor e mais integral aproveitamento do imigrante.

3.2 - Aspectos econômicos, políticos e sociais dos movimentos migratórios de brasileiros natos de 1900 a 1940

A história econômica e demográfica do Brasil é marcada pela descontinuidade espacial e temporal, induzida por alterações nas potencialidades produtivas de matérias-primas e de alimentos, que viabilizavam a inserção do país no mercado internacional.

O dinamismo relativo dos vários ciclos exportadores dependeu das condições de produção, das mudanças no mercado internacional e das vantagens comparativas do Brasil nos diferentes setores do comércio internacional.

Até o início do século XX, os deslocamentos efetivos humanos — as migrações internas — obedeciam a estímulos de atração ou repulsão segundo os principais ciclos, tais como:

- a) **Ciclo do gado** - a partir de 1650, seguindo as boiadas em busca de melhores pastagens, partindo do litoral do Nordeste, Salvador e São Paulo em direção ao Piauí, Regiões do São Francisco e Rio Grande do Sul, respectivamente;
- b) **Ciclo da mineração** (1680-1760) - do litoral para Minas Gerais Mato Grosso e Goiás, em expedição de pesquisa ou em direção aos centros de mineração, povoando-os;
- c) **Ciclo da borracha** (1870-1912) - grandes levas de nordestinos que, atraídos pelos lucros fáceis da exploração da borracha (fator de atração) e açoitados por um período de grandes secas no Nordeste (fator de repulsão), dirigiram-se para a Amazônia.
- d) **Ciclo do café** (1810–1870) - povoamento do Vale do Paraíba; desbravamento e povoamento do interior paulista.

Merrick & Graham (1979) notam que uma das ironias da política subsidiada de migração, orientada para incrementar o trabalho agrícola, foi que contribuiu significativamente para o inchaço urbano. Eles estimaram que, em 1872, o Rio de Janeiro tinha mais que oito vezes o tamanho de São Paulo e que esta era, à época, somente a oitava cidade no país. Em 1900, entretanto, São Paulo já era a segunda maior cidade e seu território chegava a um-terço do tamanho do Rio de Janeiro.

No início deste século, o movimento migratório não foi dos maiores, conforme tabela 4, com exceção da região amazônica, onde se explorava a borracha intensamente. Quanto à origem dos migrantes fica-se em meras suposições baseadas em fatos históricos, uma vez que os dados censitários até 1940 não fornecem a origem de nascimento das populações presentes nos estados.

Com a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República no ano seguinte, os fazendeiros de café e os políticos paulistas buscaram resolver o problema da mão-de-obra recrutando trabalhadores europeus que imigraram em grande quantidade para o sul. Assim, nota-se que São Paulo recebeu quase seis vezes mais estrangeiros que migrantes nacionais.

O deslocamento gradual da produção cafeeira das áreas onde predominavam trabalho escravo e outras formas de trabalho não-assalariado – Rio de Janeiro, Minas Gerais e Vale do Paraíba Paulista – em direção ao planalto paulista, marcou profunda alteração na história econômica do Brasil. Tal fato é de significativa relevância na avaliação dos fatores sócio-econômicos que interagem em nossa formação étnico-cultural.

Tabela_4 - Migração Interna Líquida dos Estrangeiros: 1890 a 1900

Estados e regiões	Migrantes natos	Migrantes estrangeiros
BRASIL	412.282	715.209
NORTE	113.380	(1.669)
Amazonas	57.679	(697)
Pará	55.701	(972)
NORDESTE	30.443	3.640
Maranhão	3.598	433
Piauí	15.795	77
Ceará	(72.140)	412
Rio Grande do Norte	(23.325)	53
Paraíba	(29.099)	191
Pernambuco	133	1.991
Alagoas	51.893	376
Sergipe	22.702	107
LESTE	(65.118)	149.933
Bahia	40.552	(11.696)
Minas Gerais	(93.185)	51.606
Espírito Santo	3.231	18.040
Rio de Janeiro	(97.347)	35.857
Guanabara	81.631	56.126
SUL	(26.092)	553.376
São Paulo	70.997	397.928
Paraná	(18.215)	33.933
Santa Catarina	(33.717)	23.402
Rio Grande do Sul	(45.157)	98.113
CENTRO-OESTE	8.370	9.929
Goiás	4.925	35
Mato Grosso	3.445	9.894

FONTE: FINEP – Movimentos migratórios no Brasil - 1987

O deslocamento gradual da produção cafeeira das áreas onde predominavam trabalho escravo e outras formas de trabalho não-assalariado – Rio de Janeiro, Minas Gerais e Vale do Paraíba Paulista – em direção ao planalto paulista, marcou profunda alteração na história econômica do Brasil.

Esta alteração, ocorrida no final do século XIX, coincidiu com a ação governamental visando à expansão da imigração européia. Ocorreu então a introdução do trabalho assalariado, a mercantilização de produção de alimentos e a implementação de uma rede de serviços complementares tais como o transporte ferroviário, máquinas de processamento de café e serviços urbanos.

O efeito líquido destas várias mudanças foi a promoção de São Paulo para a posição de região mais desenvolvida do país que, como consequência, passou a atrair ambas as correntes migratórias, interna e internacional (CANO, 1977).

Dois fatores levavam a esta preferência pela mão-de-obra estrangeira no sul do país. Em primeiro lugar, havia por parte do governo um interesse em importar tal tipo de mão-de-obra, uma vez que esta era de melhor qualificação, com técnicas de exploração agrícola mais desenvolvida.

Em segundo lugar, não houve por parte do governo uma preocupação em criar uma rede inter-regional de transportes, o que dificultava a transferência de mão-de-obra interna, que se deparava com longas distâncias.

Durante a primeira década, a migração foi caracterizada basicamente pela produção da borracha. Este fator migratório diminuiu no início da segunda década devido à crise ocasionada pelo domínio do mercado internacional da borracha (1912), ocasionando êxodo da população dos seringais para outras unidades da Federação.

Quando a Primeira Guerra provocou a redução das importações, o processo de concentração industrial em São Paulo foi consolidado em função das vantagens relativas da região e de sua capacidade para responder ao rápido crescimento de demanda.

Além da necessidade de substituir importações, gerou-se uma demanda por novos produtos industriais, facilitando e implicando a diversificação industrial. Fortes fluxos migratórios (estimados em 1,57 milhão de pessoas entre 1900 e 1930, 82% dos quais eram imigrantes estrangeiros) estimularam a expansão adicional dessa indústria (CANO, 1977).

A crise cafeeira da década de 30, bem como as mudanças no padrão de acumulação que se orientou para o mercado interno e para a industrialização, provocaram, simultaneamente, a migração para as cidades e a expansão da fronteira.

Durante seus estágios iniciais, o movimento fronteiroço dirigiu-se de São Paulo para as terras próximas do Paraná e, mais tarde, no Mato Grosso do Sul e parte de Minas Gerais e Goiás, constituindo-se, assim, numa extensão geográfica da agricultura paulista.

Com respeito à migração rural-urbana, tem sido mostrado que a redução da migração internacional depois de 1930 foi amplamente substituída pelos movimentos intra e inter-regionais oriundos do Nordeste e de Minas Gerais em direção a São Paulo e ao Rio de Janeiro.

Nesse sentido, destaca-se que o crescimento populacional brasileiro até 1940 era relativamente lento, com taxas de crescimento, situando-se em torno de 2%. Predominavam, nesta etapa, altas taxas de natalidade e de mortalidade, bem como a presença importante das migrações internacionais.

3.3 - Os movimentos migratórios de brasileiros natos entre 1940 e 1960.

A maior alteração no padrão de acumulação brasileira após 1930 ocorreu com o deslocamento do foco da acumulação do setor agroexportador para o urbano-industrial e, simultaneamente, o deslocamento da produção, anteriormente voltada para o mercado externo, para o mercado interno.

A interação do mercado nacional determinou a natureza das relações centro-periferia no eixo Rio – São Paulo e no restante do Brasil. Segundo Cano, as regiões periféricas foram crescentemente obrigadas a adequar suas estruturas produtivas de forma complementar com o eixo dominante à medida que São Paulo ampliava sua importância e assim intensificava a divisão inter-regional do trabalho no Brasil. Desde esta época, a concentração industrial e demográfica se intensificou em São Paulo até aproximadamente 1970, em detrimento da maioria dos outros estados e regiões, especialmente do Rio de Janeiro (CANO, 1985).

Em 1940, segundo os dados do IBGE, o Brasil possuía cinquenta centros urbanos de 20.000 habitantes ou mais, dos quais dezesseis estavam localizados no Estado de São Paulo. De todas as cidades brasileiras, a grande maioria estava na costa ou à curta distância dela. A maior exceção estava no estado de São Paulo, onde várias cidades – incluindo a cidade de São Paulo – estavam no interior.

A aceleração do crescimento demográfico, provocado pelo rápido declínio da mortalidade, sem significativa redução na fertilidade, ajudou a alimentar ambos os movimentos: migração rural-urbana e de fronteira.

A partir de 1940 o IBGE passou a publicar nos censos decenais o número de migrantes nacionais residentes em cada unidade da federação à data da pesquisa, Embora tais informações sofram de limitações óbvias, já que não respondem pela migração de fato ocorrida em cada década, possuem, todavia, o mérito de apontar tendências migratórias de longo prazo.

Na década de 1940 a 1950 observaram-se dois fenômenos interessantes: no Estado de São Paulo temos o movimento campo-cidade, devido ao desenvolvimento industrial que se processava por esta ocasião, e o movimento rural-rural de população agrícola de São Paulo, dirigindo-se para as pequenas propriedades do norte do Paraná.

O esvaziamento da população de São Paulo foi preenchido por nordestinos e migrantes do Leste. A transferência da população rural de São Paulo para o Paraná se deve à política de colonização realizada pela firma inglesa “Companhia de Terras do Norte do Paraná”, a qual adquiriu do governo grande gleba de terra e realizou loteamento em pequenas propriedades.

Porém, parte da migração que anteriormente se dirigia à Região Sul, neste período (1950-1960), passa a encaminhar-se para Goiás e Mato Grosso, havendo com isso, uma modificação na corrente migratória em direção ao Centro-Oeste.

Estima-se que aproximadamente 3 milhões de pessoas saíram das áreas rurais para as cidades no início da década de 50. Rio de Janeiro e São Paulo foram as cidades mais afetadas por esse movimento. Entretanto, os estados de fronteira (Paraná e os do Centro-Oeste) absorveram aproximadamente 1,5 milhão de habitantes em suas áreas rurais.

Alguns fatores podem ser apontados para tal modificação: o café, nesta época, sofreu um declínio na sua produção e foi substituído por outras culturas ou atividades que demandavam menos mão-de-obra (por exemplo, a pecuária); a criação de estradas inter-regionais (centro-sul e centro-oeste), com o objetivo de desenvolver e povoar o planalto central e a bacia amazônica, facilitaram o direcionamento de migrantes para a Região Centro-Oeste.

O fluxo migratório para o Sul tinha como principal característica o desenvolvimento econômico de tal região, ao passo que o povoamento do Centro-Oeste estava mais ligado a uma mística nacional sobre a marcha para fronteira do Oeste.

A massa dos migrantes que se dirigiu para o Centro-Oeste era constituída de nordestinos ou de pessoas originárias da Região Leste, que não tinham conhecimento de técnicas agrícolas mais desenvolvidas.

Isto posto, o que se infere é que tanto a distribuição de terras, como a vizinhança do mercado consumidor e o nível qualitativo da mão-de-obra, são fatores fundamentais para o êxito econômico de uma política de colonização. Caso contrário,

verifica-se mera transferência de mão-de-obra sem qualquer impacto econômico para a região de atração.

Conclui-se, com isto, que todos os esforços realizados na década de 50 pelo governo federal, objetivando desenvolver economicamente o Centro-Oeste, não obtiveram o sucesso esperado por falta de uma maior reflexão sobre as causas necessárias e suficientes ao crescimento econômico.

A década de 50 foi marcada por um ritmo de crescimento urbano particularmente intenso. Parte dessa explosão urbana é novamente atribuível ao crescimento demográfico, mas sua maior causa foi uma profunda transformação social e econômica.

Durante todo o período para o qual se tem informação, foi na década de 50 que a população brasileira apresentou a maior taxa de crescimento populacional – 3,1% ao ano – e a região brasileira que apresentou a mais elevada taxa de crescimento foi a Centro-Oeste com 5,1% ao ano, conforme tabela 5.

A transferência da capital para Brasília, no início da década de 60, revelou e acentuou as desvantagens fundamentais do Rio de Janeiro. Enquanto isso, a concentração da população no estado de São Paulo e em suas cidades continuou acelerada, assim como a concentração das atividades econômicas nos setores industrial e terciário.

Tabela 5
Taxas Anuais de Crescimento e Participação do Incremento Absoluto Regional no Total
Nacional-População Total

GRANDES REGIÕES	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-96
Taxas Anuais de Crescimento %						
Brasil	2,4	3,1	2,9	2,6	1,7	1,3
Norte	2,4	3,6	3,6	5,0	3,8	1,9
Nordeste	2,3	2,2	2,5	2,2	1,6	1,1
Sudeste	2,1	3,2	2,6	2,7	1,6	1,3
Sul	3,2	4,2	3,4	1,5	1,2	1,2
Centro-Oeste	3,5	5,1	6,2	4,3	2,7	2,2
% do incremento absoluto no total nacional						
Brasil	10.708.082	19.047.946	23.516.240	26.641.990	25.766.886	10.162.114
Norte	3,9	4,6	5,4	9,7	13,5	10,2
Nordeste	33,1	23,4	26,6	25,3	27,4	22,6
Sudeste	39,2	44,7	39,4	46,1	39,1	42,7
Sul	19,7	21,3	20,4	10,1	10,6	13,8
Centro-Oeste	4,1	6,0	8,2	8,8	9,4	10,7

Fonte: IBGE Censo Demográfico 1940 a 1991 e Contagem da População 1996.

3.4 - Movimentos migratórios de brasileiros natos de 1960 a 2000

A análise da distribuição espacial da população brasileira, neste período, será dividida, para este trabalho, em duas dimensões complementares: inter-regional e rural-urbana.

3.4.1 Distribuição inter-regional.

A distribuição espacial da população brasileira é resultado de taxas de crescimento vegetativo diferenciadas e, principalmente, de movimentos migratórios. Segundo Beltrão (BELTRÃO, 1998), esses movimentos neste meio século têm sido resultado de dois processos concomitantes e aparentemente contraditórios: a abertura sucessiva de novas fronteiras e a concentração progressiva da população total num determinado núcleo da região central do país principalmente na Região Metropolitana de São Paulo.

Esses movimentos populacionais estão interligados não somente pelo processo de transformação sócio-econômica que os gerou mas também através de suas interações com outras variáveis demográficas entre elas: Taxa de Mortalidade Infantil, Expectativa de Vida ao Nascer.

Na década de 60, assistiu-se a uma ligeira desconcentração na população brasileira que favoreceu todas as outras regiões em detrimento da Região Sudeste. Em termos da absorção do crescimento absoluto, a Região Sudeste continuou a absorver a maior parcela do crescimento populacional, não obstante menor do que a absorvida na década anterior. Em todas as regiões, a maior parte do crescimento populacional se localizou nas áreas urbanas. A Região Norte foi a que concentrou a maior proporção de seu crescimento nas áreas rurais: 40% (BELTRÃO, 1998).

A concentração populacional na Região Sudeste foi intensificada durante os anos 70 localizando-se aí 46% do incremento nacional, todo ele nas áreas urbanas conforme tabela 5. As Regiões Norte e Centro-Oeste também tiveram a sua participação aumentada no total nacional devido a um crescimento populacional mais expressivo localizado também, nas áreas urbanas. O aumento da participação da Região Centro-Oeste se deve em grande parte, ao crescimento do Distrito Federal.

Uma reversão importante de tendência ocorrida na década de 70 foi a redução da participação do incremento populacional da Região Sul no total nacional de 20,4% para 10,1%. Isto se deu basicamente a uma perda maciça de população rural pelo esgotamento de sua fronteira agrícola.

A tabela 5 aponta para uma desaceleração no ritmo de crescimento populacional de todas as regiões brasileiras provocada pela queda da fecundidade na década de 80. Com exceção da Região Norte, todas as outras regiões perderam população rural em termos absolutos conforme tabela 6. A população rural nordestina apresentou, pela primeira vez, um declínio absoluto de mais de cinco milhões de pessoas. Esse fenômeno foi resultado da combinação da elevada taxa de migração rural-urbana com uma queda nas taxas de fecundidade. Êxodo rural expressivo foi observado também na Região Centro-Oeste. As mais altas taxas de crescimento populacional foram observadas nas Regiões Norte e Centro-Oeste explicadas pelo elevado crescimento da população urbana de acordo com as tabelas 5 e 7.

A intensificação da queda da fecundidade na década de 90 levou à continuação da desaceleração no ritmo de crescimento populacional de todas as regiões brasileiras. Como essa queda foi regionalmente diferenciada, ela beneficiou mais as Regiões Norte e Centro-Oeste. No entanto, apesar de ter se verificado nestas regiões as mais elevadas taxas de crescimento populacional elas absorveram apenas 21% do crescimento da população total brasileira, ou seja, menos da metade do incremento percentual verificado para a Região Sudeste.

Tabela 6

Taxas Anuais de Cresc. e Partic. do Incremento Absoluto Regional no Total Nacional
População Rural

GRANDES REGIÕES	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-96
Taxas Anuais de Crescimento						
%						
Brasil	1,6	1,6	0,7	-0,6	-0,7	-1,2
Norte	1,9	2,7	2,4	3,5	2,3	-0,3
Nordeste	1,8	1,1	1,2	0,5	-0,4	-1,4
Sudeste	0,6	1,1	-1,9	-2,0	-1,6	-0,9
Sul	3,0	2,9	2,2	-2,5	-2,1	-1,3
Centro-Oeste	3,1	3,6	3,4	-1,0	-1,4	-1,5
% do incremento absoluto no total nacional						
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	5,0	7,7	19,7	-39,1	-31,0	3,7
Nordeste	45,3	26,1	74,4	-31,0	24,0	55,8
Sudeste	14,9	24,3	-88,4	79,3	49,1	16,3
Sul	28,8	32,5	69,8	82,0	48,5	17,9
Centro-Oeste	6,0	9,4	24,5	8,8	9,4	6,3
Participação no total da população rural nacional %						
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,2	4,3	4,8	5,8	8,6	12,0
Nordeste	39,0	39,9	37,8	40,1	44,6	46,4
Sudeste	39,2	35,7	34,2	26,4	23,1	20,8
Sul	14,6	16,7	19,0	22,2	18,5	15,9
Centro-Oeste	3,0	3,4	4,2	5,5	5,2	4,9

Fonte: IBGE, Vários censos demográficos.

Tabela 7

Taxas Anuais de Crescimento e Participação do Incremento Absoluto Regional no Total Nacional
População Urbana

GRANDES REGIÕES	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-96
Taxas Anuais de Crescimento %						
Brasil	3,9	5,4	5,2	4,6	2,7	2,1
Norte	3,7	5,4	5,5	6,8	5,1	3,5
Nordeste	3,5	4,9	4,5	4,2	3,3	2,5
Sudeste	4,1	5,1	5,1	4,1	2,1	1,6
Sul	3,9	6,7	5,2	5,1	2,7	2,1
Centro-Oeste	4,8	8,4	10,0	7,8	4,0	3,0
Incremento Relativo %						
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	3,1	4,0	3,6	5,5	8,8	9,0
Nordeste	23,1	22,2	20,0	20,5	27,0	28,2
Sudeste	59,1	53,7	55,2	48,9	40,2	38,3
Sul	12,2	16,3	14,2	16,2	14,7	14,5
Centro-Oeste	2,5	3,8	7,0	8,9	9,3	10,0
Participação no total da população urbana nacional %						
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	3,3	3,2	3,3	3,4	4,1	5,3
Nordeste	26,3	25,3	24,0	22,6	21,9	23,2
Sudeste	56,2	57,1	55,7	55,5	53,1	49,8
Sul	12,3	12,3	14,2	14,1	14,8	14,8
Centro-Oeste	1,9	2,1	2,8	4,4	6,1	6,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940 a 1991 e Contagem da População 1996

3.4.2 – Distribuição rural-urbana.

Em termos da distribuição populacional rural-urbana, tem-se observado uma concentração progressiva e acentuada da população nas áreas urbanas, notadamente nas grandes cidades. Em 1940, 31% da população brasileira residia nos quadros urbanos. Em 1996, esta proporção atingiu 78%. A proporção da população residente nas áreas rurais e em localidades menores que 20.000 habitantes declinou de 80,5% em 1940 para 34% em 1996 conforme a tabela 8. Em compensação, a proporção da população vivendo em cidades com mais de 500.000 habitantes passou de 10,8% para 35,7% no

mesmo período. Em 1996, aproximadamente 17% da população brasileira vivia em apenas duas cidades: São Paulo e Rio de Janeiro. Em contrapartida, a percentagem de pessoas vivendo nas áreas rurais decresceu de 68,8 para 22,0%.

Tabela 8

Distribuição da População Brasileira por Grupos de Tamanho (%) – 1940-1996

Grupos	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Urbana	31,2	36,2	45,4	55,9	67,6	76,0	78,4
500 e+	10,8	14,2	21,4	26,7	32,1	35,2	35,8
100-499	5,1	4,9	4,4	6,5	9,6	10,7	11,3
50-99	1,7	2,2	2,6	3,2	4,1	5,9	9,1
20-49	1,9	3,0	4,3	5,5	6,3	7,8	10,4
<20	11,7	11,9	12,7	14,0	15,5	16,4	11,8
Rural	68,8	63,8	54,6	44,1	32,4	24,0	21,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940 a 1991 e Contagem da População 1996

Essa concentração populacional foi resultado de diferenças nas taxas de crescimento natural, ou seja, diferenças nas taxas de fecundidade e mortalidade, e de movimentos migratórios, tendo os últimos desempenhado um papel mais importante.

É importante salientar que a definição de população urbana tem um caráter político-administrativo ao incluir todas as sedes de municípios e distritos, independente do seu tamanho. Dado que, no período analisado o número de municípios cresceu de 1574 para 4974, isso certamente afetou o volume da população urbana.

Parte do crescimento urbano verificado no período foi causado pela criação de novos núcleos urbanos, ou seja, pela elevação de *status* de algumas unidades rurais. No entanto, isso parece não ter sido significativo pois, não obstante a multiplicação do número de cidades pequenas no período, a participação destas cidades no total da

população nacional no longo prazo, não se alterou muito, embora tenha oscilado no curto prazo. Em 1996, esse conjunto de cidades absorvia menos de 12% da população nacional, montante semelhante ao absorvido em 1940 conforme pode-se constatar através da tabela 8.

Os movimentos migratórios foram os grandes responsáveis pelo processo de concentração urbana dado que o crescimento vegetativo tem sido tradicionalmente mais baixo nas áreas urbanas notadamente, nas cidades maiores. Estimativas desse trabalho apontam para um volume de aproximadamente 55 milhões de pessoas que deixaram a área rural entre 1940 e 1996. Este volume foi crescente ao longo do tempo, tendo atingido o seu máximo nos anos 70, quando foi de aproximadamente 14,5 milhões de pessoas de acordo com a tabela 9. As estimativas de saldo estão desagregadas por sexo e pode se ver que o fluxo populacional que se dirige às áreas rurais tem-se constituído, em sua maioria, por mulheres. Isso só não foi observado nos anos 60. Essas estimativas, apresentadas abaixo, confirmam uma das mais famosas “leis das migrações rurais” apresentadas em 1885 por Ravenstein: “as mulheres migram mais que os homens” (CAMARANO & ABRAMORY, 1997:9).

Tabela 9

Saldo Líquido Migratório Rural – Urbano (Por mil hab.) 1940 - 1996

Grupos	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-90	1991-96
Total	-1931,0	-10824,2	-11464,3	-14413,2	-12144,5	-5781,3
Homens	-616,0	-4839,2	-6318,3	-6959,7	-5821,5	-3468,9
Mulheres	-1315,0	-5985,0	-5146,0	-7453,5	-6323,0	-2312,4

Fonte: Cálculo do autor com base em Censos Demográficos diversos

3.4.3 Movimentos migratórios.

A década de 50 é considerada o ponto inicial do êxodo rural brasileiro. Aproximadamente 11,0 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais, dos quais a metade se originou na Região Nordeste. O contingente populacional que deixou as áreas rurais nordestinas correspondeu a pouco mais de um quarto da população que lá vivia no início da década, conforme dados da tabela 10. No mesmo período, aproximadamente 3,9 milhões de habitantes deixaram o campo, na Região Sudeste, o que corresponde a quase 30% da população rural do início da década, provavelmente engrossando as cidades da própria região.

Tabela 10
Saldo Líquido Migratório Rural – Urbano
Ambos os sexos (Por mil hab.) 1940 - 1996

Grupos	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-90	1991-96
Brasil	-1931,0	-10824,2	-11464,3	-14413,2	-12144,5	-5781,3
Norte	11,5	-297,2	-362,7	125,1	271,6	-467,1
Nordeste	-542,7	-5009,9	-3083,9	-4912,0	-5419,5	-3154,1
Sudeste	-1617,4	-3895,0	-6011,4	-4512,2	-3126,5	-1043,1
Sul	245,5	-1397,5	-1624,3	-4184,8	-2695,0	-808,4
C-Oeste	72,6	-224,5	-329,9	-929,1	-1175,1	-308,6

Fonte: Cálculo do autor com base em Censos Demográficos diversos

O êxodo rural da Região Sul nos anos 50 – boa parte do qual intra-regional – atingiu 10% da população no início do período. Isso contribuiu para um incremento de 40% da sua população urbana. As áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste também experimentaram perdas populacionais rurais, mas num montante pouco expressivo. Em contrapartida, as áreas urbanas do Centro-Oeste apresentaram as mais altas taxas de migração urbana no plano nacional. Isto se deveu, em parte, à expansão de sua fronteira agrícola e à construção da nova capital federal, Brasília.

Nos anos 60, aproximadamente 6,0 milhões de pessoas deixaram o meio rural da Região Sudeste, 61% de toda a migração rural nacional e quase 60% dos que habitavam o meio rural do Sudeste em 1960. Por outro lado, a população urbana da região experimentou um incremento de aproximadamente um terço do contingente que já existia em 1950, pela imigração que para lá se destinou (BELTRÃO, 1998).

Durante os anos 70, quase 70% da população rural que residia na Região Sul no início da década saiu do campo, o que equivale a 27,5% do total de migrantes rurais do país conforme a tabela 8. Nesses dez anos, sua população rural experimentou um incremento de 4,7 milhões, sendo que quase 50% deste incremento foi devido à imigração urbana de acordo com os dados da tabela 7. Nesse período, a Região Norte começou a atrair agricultores sulistas. O saldo migratório líquido regional do Norte foi positivo e a população rural ganhou entre 1960 e 1980 um total de 1,2 milhões de pessoas conforme as tabelas 6 e 10.

O Centro-Oeste passou por um processo de “expulsão” da população rural semelhante ao da Região Sul nos anos 70 mas, nacionalmente, pouco expressivo. Sua população rural, contrariamente ao que ocorreu na década anterior, começou a reduzir-se em termos absolutos, o que foi acentuado durante os anos 80. Foi também neste período que a fecundidade das áreas rurais iniciou um processo de redução acentuada, que se manifestou mais claramente nas Regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste.

A redução da fecundidade contribui, no curto prazo, para a desaceleração no ritmo de crescimento populacional e no médio prazo para uma diminuição do êxodo

rural. As áreas urbanas regionais continuaram a apresentar as mais altas taxas de migração urbana no contexto nacional devido à estagnação da fronteira agrícola e à construção/expansão de Brasília.

O padrão que imperou na expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste respondeu em grande parte pelo seu nítido esvaziamento demográfico rural nos anos 80. Durante esse período, quase 70% da população rural do Centro-Oeste migrou. Por sua vez, as taxas de migração urbanas, embora declinantes, continuaram expressivas, em torno de 20%, o que acarretou um aumento de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes na população urbana regional.

Nos anos 80, a população rural nordestina apresentou, pela primeira vez, um declínio absoluto de mais de cinco milhões de pessoas. Esse fenômeno foi resultado da combinação da elevada taxa de migração rural-urbana com uma queda nas taxas de fecundidade. A população urbana apresentou taxas de migração positivas em torno de 20%, o que resultou num incremento de aproximadamente 7,8 milhões de habitantes desta população.

De todos migrantes rurais do país entre 1991 e 1996, 55% saíram do Nordeste conforme tabela 8, o que representou quase 40% da população que vivia na zona rural da região no início da década. A população rural nordestina apresentou uma redução absoluta de 1,2 milhões de pessoas nesses cinco anos como resultado do êxodo rural e da queda da fecundidade. As taxas de migração urbana diminuíram sensivelmente nesse período.

O Centro-Oeste foi a região brasileira onde mais se perdeu população rural durante a primeira metade da década de 90 de acordo com a tabela 6 e as taxas de migração urbana também experimentaram uma redução mas devido, principalmente, ao aumento de sua base populacional pois, num lapso cronológico de um quinquênio, 1,2 milhões a mais de pessoas foram encontradas morando nas áreas urbanas.

O êxodo rural do Sudeste vem declinando em termos absolutos e relativos desde 1960. A população rural do Sudeste continua diminuindo, mas num ritmo menor. Entre 1980 e 1991, o decréscimo foi de quase 1,4 milhões de habitantes e entre 1991 e 1996, a diminuição foi de 357 mil pessoas. Por outro lado, o incremento da população urbana que havia sido de 11,6 milhões entre 1980 e 1991 reduziu-se para 4,7 milhões conforme tabelas 7 e 10.

No Sul, a taxa de migração rural, que foi superior a 40% nos anos 1980, caiu para 22,7% na década seguinte. A perda populacional rural absoluta dos anos 1980 de pouco mais de 1,4 milhões de habitantes foi, nos anos de 1990, de 378 mil habitantes de acordo com a tabela 6. Já o ganho urbano declinou de 4,2 milhões para 1,8 milhões.

A Região Norte, que entre 1970 e 1990 atraía mão-de-obra, tanto nas suas áreas urbanas quanto rurais como decorrência da expansão da sua fronteira agrícola, experimentou durante os anos 1990, uma perda de população rural. Isto se deveu pela perda de atração migratória das suas regiões agrícolas que passaram a expulsar população. Desde a década de 80, as áreas urbanas desta região tem apresentado as maiores taxas de migração.

Tabela 11
População residente e taxa de crescimento anual
Brasil e as Unidades da Federação - Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1991	2000	1991/2000
Brasil	146.825.475	169.544.443	1,63
Norte	10.030.556	12.919.949	2,88
Rondonia	1.132.692	1.377.792	2,22
Acre	417.718	557.337	3,29
Amazonas	2.103.243	2.840.889	3,43
Roraima	217.583	324.152	4,57
Para	4.950.060	6.188.685	2,54
Amapá	289.397	475.843	5,74
Tocantins	919.863	1.155.251	2,59
Nordeste	42.497.540	47.679.381	1,30
Maranhão	4.930.253	5.638.381	1,52
Piauí	2.582.137	2.840.969	1,08
Ceará	6.366.647	7.417.402	1,73
Rio Grande do Norte	2.415.567	2.770.730	1,55
Paraíba	3.201.114	3.436.718	0,80
Pernambuco	7.127.855	7.910.992	1,18
Alagoas	2.514.100	2.817.903	1,29
Sergipe	1.491.876	1.779.522	2,00
Bahia	11.867.991	13.066.764	1,09
Sudeste	62.740.401	72.262.411	1,60
Minas Gerais	15.743.152	17.835.488	1,41
Espírito Santo	2.600.618	3.093.171	1,96
Rio de Janeiro	12.807.706	14.367.225	1,30
São Paulo	31.588.925	36.966.527	1,78
Sul	22.129.377	25.071.211	1,41
Paraná	8.448.713	9.558.126	1,39
Santa Catarina	4.541.994	5.333.284	1,82
Rio Grande do Sul	9.138.670	10.179.801	1,22
Centro-Oeste	9.427.601	11.611.491	2,36
Mato Grosso do Sul	1.780.373	2.075.275	1,73
Mato Grosso	2.027.231	2.498.150	2,37
Goiás	4.018.903	4.994.897	2,47
Distrito Federal	1.601.094	2.043.169	2,77

Fonte: IBGE Censo demográfico 1991 e 2000

Em resumo, os movimentos migratórios nas últimas três décadas apresentam as seguintes características básicas: queda relativa da população rural; quebra, em termos

absolutos, da população rural de várias unidades da federação; movimentos migratórios dirigido para cidades de médio ou grande porte; movimento migratório dirigido para a grande Região Norte conforme tabela 11.

CAPÍTULO 4

Base Teórica para o Estudo de População

Este capítulo objetiva explicar a base teórica de um estudo de população levando em consideração algumas variáveis como: fecundidade, mortalidade e condições sociais.

Dizer que mudanças na fecundidade, mortalidade e migração só podem ser entendidas se analisadas dentro de um contexto social mais amplo, no qual as transformações demográficas ocorrem, tem significado, nos últimos anos, pouco mais que sabedoria popular. Todavia, a despeito da considerável atenção teórica e empírica dada a essas relações, ainda não surgiu um paradigma central que faça, sistematicamente, a ligação entre a mudança estrutural e o comportamento demográfico dos países em desenvolvimento.

Nas seções que se seguem serão delineadas as principais vertentes das transformações demográficas recentes. A organização dos dados disponíveis favorece a apresentação a partir de uma subseção específica para cada componente demográfico (fecundidade, mortalidade, migração e crescimento demográfico).

O enfoque privilegiará a mensuração dos níveis, a avaliação das tendências e a discussão das conexões e inter-relações com os processos sociais, econômicos e culturais.

A dinâmica demográfica brasileira tem necessariamente um caráter particular, engendradora que é no processo histórico das diversas formações regionais. Nesse sentido, a desigualdade nos padrões demográficos é um fenômeno de natureza sócio-econômica e também espacial. Por essa razão, na medida do possível, os resultados serão revelados de forma desagregada.

4.1 Teorias da migração

Enquanto a maioria dos grandes estudos de migração tendem a ser essencialmente empíricos no conteúdo, Molho (1986) comenta que existe uma variedade de perspectivas teóricas na migração e que os seguintes tópicos na análise migratória são importantes:

- a) distinção entre *migração especulativa* (empreendida na esperança de encontrar uma oportunidade apropriada) e *migração contratada* (empreendida após uma oportunidade definida no destino);
- b) tratamento do espaço que afeta as decisões migratórias em termos de distribuição de oportunidades, custo de distância relacionado ao movimento e transporte;
- c) destacada motivação para mudança, decisões da interação entre trabalho e moradia, heterogeneidade nas linhas de migração, modelo de mercado de trabalho e mudanças relacionadas ao mercado de trabalho e a interação entre os dois;
- d) dimensão temporal em termos de espaço de tempo envolvidas nas tomadas de decisões migratórias e sua execução. A relação entre decisões de migração atuais e anteriores e a influência das mudanças no clima econômico nacional.

4.1.1 Antigas perspectivas econômicas da análise de migração.

Antigos métodos econômicos apontam para um ponto de partida importante no qual oferta e procura são essencialmente negociadas pelas flutuações no salário. Segundo Kicks (Apud MOLHO,1932), Ravenstein acreditava que os salários eram os principais argumentos nas preferências das funções individuais, enquanto que a distribuição das oportunidades de movimento, como reflexo da pressão da demanda, eram também condicionados aos salários vigentes.

Com o desenvolvimento dos modelos de mudança da vida urbana/rural um novo ramo de teorias econômicas relacionadas às Teorias de Migração tornou-se presente no mercado de trabalho, no qual o ponto principal em relação ao modelo de migração está na extensão dos argumentos das funções de utilidades dos migrantes em perspectiva incluindo não apenas salários mas também a probabilidade de ser capaz de encontrar emprego.

A procura de mão-de-obra para os centros industriais e comerciais foi, segundo Ravenstein, em 1889, a causa primeira das correntes migratórias que. Desta forma, a essência das Leis de Migração de Ravenstein são:

- I. A maior parte dos nossos migrantes se desloca a curta distância, ocorrendo, em consequência, mobilidade e deslocamentos gerais da população que produzem “correntes migratórias” que se orientam para os grandes centros comerciais e industriais absorvedores de migrantes.

- II. As pessoas que residem em áreas nas cercanias de uma cidade que esteja rapidamente crescendo, deslocam-se para esta, sendo os vazios deixados pela população rural preenchidos por migrantes oriundos de distritos mais remotos, até que a força de atração de uma das nossas cidades em rápido crescimento passe a ser sentida.
- III. O processo de dispersão é o inverso do de absorção e apresenta características semelhantes.
- IV. Cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa compensatória.
- V. As pessoas que migram por longas distâncias se dirigem, preferencialmente, para grandes centros comerciais ou industriais.
- VI. Os naturais das cidades migram menos do que os naturais das áreas rurais do país.
- VII. Melhorias tecnológicas (especialmente de transporte) aumentam o volume da migração.
- VIII. As mulheres migram mais do que os homens.
- IX. As causas econômicas (isto é, alta renda) dominam na grande parte as decisões migratórias.

4.1.2 Modelo econômico ortodoxo da análise de migração

Segundo Sjaastad (Apud MOLHO, 1986) os migrantes potenciais baseiam suas decisões no modelo ortodoxo como meio de acesso em uma linha de benefícios futuros e custos (monetário e físico) decorrente da migração.

Este modelo incorpora, explicitamente, a dimensão espacial ao especificar a função do custo de uma possível mudança (deslocamento físico), e permite uma introdução formal de fatores temporais em termos de tempo sobre o qual os indivíduos avaliam a expectativa de custos e benefícios e as taxas que são preparadas para troca de ganhos futuros pela perda atual em termos de taxa de desconto.

O modelo sugere ainda que as taxas de mobilidade provavelmente variam entre os diferentes grupos de populações. Como, por exemplo, de acordo com a faixa etária, ou seja, as pessoas mais idosas possuem uma expectativa de vida menor para usufruir os benefícios da migração,

4.1.3 Modelo psicológico da análise de migração.

A decisão migratória tem levado certos pesquisadores (especialmente psicólogos) a questionarem, implícita ou explicitamente, a otimização dos modelos supra-referidos.

Segundo Molho (MOLHO, 1986), o tópico *stress* como critério de decisão nas migrações é um assunto muito difícil e muito pouco aplicado já que depende em última análise de como a palavra *stress* é definida.

O modelo dos psicólogos pode ser remodelado dentro de um modelo econômico (maximização da utilidade) uma vez que o *stress* é uma função direta dos

fatores que afetam a capacidade individual e age com um certo grau de irracionalidade no momento de migrar estimulado pela indecisão de mudar o *status quo* insatisfatório.

4.1.4 Modelo de utilidade randômica da análise de migração.

A Teoria de Utilidade Randômica desenvolvida originalmente em relação ao estudo de transporte (DOMENCICH & MACFADDEN, 1975) permitiu o desenvolvimento dos modelos microeconômicos de migração.

A função utilidade é dividida em dois comportamentos, o primeiro reflete o comportamento representativo de indivíduos e o outro é uma variável randômica refletindo idiosincrasias individuais.

Supomos que a maior contribuição desse modelo está no reconhecimento da heterogeneidade entre os indivíduos como um fator de vida e ponto de referência. O fato é que nem todos os migrantes mudam na mesma direção entre camadas amplamente homogêneas da população.

4.2 Fecundidade.

Dados disponíveis indicam que o nível de fecundidade no Brasil permaneceu razoavelmente constante ao longo da primeira metade deste século. No final da década de 60, começou a cair repentina e rapidamente conforme tabela 12.

Dentro os componentes demográficos, a fecundidade é atualmente o fator de maior influência sobre o crescimento vegetativo (nascimento menos morte) da população brasileira, tendo em vista os níveis já relativamente baixos da mortalidade e a reduzidíssima expressão da migração internacional.

Contudo, em nível regional ou sub-regional, por exemplo, unidades da Federação, microrregiões, municípios e distritos, a fecundidade pode não ser o fator preponderante no crescimento demográfico, como ocorre em diversas áreas afetadas pela intensidade de fluxos migratórios.

As primeiras décadas do século assistiram, através da implementação de políticas urbanas de saúde pública, saneamento e higiene preventiva, aos passos iniciais do declínio da mortalidade, aos quais se seguiram novos avanços via medicalização e saneamento básico em décadas mais próximas.

A interpretação da queda do nível da fecundidade se faz em dois níveis diferentes da abstração analítica. A primeira tem a ver com os “determinantes próximos” da fecundidade, uma perspectiva que identifica o aumento de uso de anticoncepcionais entre os cônjuges como fator primordial da queda da fecundidade. A segunda vai além dos determinantes próximos e faz a seguinte indagação: o que causou o uso crescente de anticoncepcionais? A resposta pode ser encontrada nas conseqüências reprodutivas das transformações sociais e econômicas que causaram o aumento dos custos e a redução dos benefícios que os pais obtinham dos filhos.

A transição para níveis mais baixos de fecundidade iniciou-se com o atraso de algumas décadas em relação à queda do nível de mortalidade, favorecendo assim, a incidência de elevadas taxas de crescimento populacional entre as décadas de 1940 e 1960 (incremento em torno de 3% ao ano).

Tabela 12
Taxa de fecundidade: Brasil e grande regiões.
1940/1991

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	6,16	6,21	6,28	5,76	4,35	2,85	2,20
Norte	7,17	7,97	8,56	8,15	6,45	4,15	2,80
Nordeste	7,15	7,50	7,39	7,53	6,13	3,70	2,69
Sudeste	5,69	5,45	6,34	4,56	3,45	2,35	1,97
Sul	5,65	5,70	5,89	5,42	3,63	2,52	2,05
Centro-Oeste	6,36	6,86	6,74	6,42	4,51	2,66	1,99

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1940 a 2000

O declínio da fecundidade no Brasil é um fenômeno consistente, rápido e provavelmente irreversível. A determinação estrutural desse fenômeno decorre das profundas mudanças na sociedade brasileira, como o esgotamento da economia rural familiar de subsistência e o avanço das relações capitalistas de base urbana.

De modo geral, o de 1991 revelou uma sensível redução do crescimento populacional em todo território brasileiro: a taxa do país que era de 2,6% ao ano, em 1970/80, passou para 1,7 % ao ano em 1980/91 e 1,6 % ao ano entre 1991 e 2000, conforme tabela 11. O declínio da fecundidade é, sem dúvida, o principal responsável por esta mudança.

De fato, se no início da década de 80 a fecundidade já vinha apresentando uma tendência decrescente, os dados não somente confirmaram esta queda, como também indicaram o acelerado ritmo em que ela se processou. Por outro lado, a redução da concentração populacional, sobretudo nas principais metrópoles do país, mostrou uma tendência diferenciada no crescimento populacional segundo o tamanho das cidades.

A generalização do padrão de fecundidade baixa e família pouco numerosa parece adequar-se ao funcionamento de uma sociedade capitalista. Contudo, no caso brasileiro, não somente as expectativas de adequação “racional” às exigências da economia e das instituições sociais parecem explicar a redução da motivação da prole numerosa, principalmente entre as famílias pobres. Os efeitos das sucessivas crises conjunturais foram poderosos: o ciclo depressivo de 1981 a 1984 ajudou a derrubar ainda mais rapidamente a fecundidade e o ciclo recessivo que se iniciou em 1988 e perdurou até 1989 talvez possa explicar o novo surto de declínio que se supõe ter ocorrido na virada dos anos 90.

Nesse sentido, mais do que “expectativa racional ” ou “ modernização ” dos padrões e valores do comportamento reprodutivo, o declínio da fecundidade para significativo contingente da população pobre brasileira pode estar representando mais uma das faces da queda da migração.

Ao postergar o nascimento de filhos por causa da crise econômica – visualizada através do desemprego, subemprego, baixa renda ou salário, barreiras no acesso à habitação e aos serviços de educação e saúde, entre outros – , essa população

podará também estar sendo conduzida a adotar formas de anticoncepção irreversíveis e não suficientemente avaliadas, como a esterilização.

4.2.1 Determinantes próximos da fecundidade.

O nível de fecundidade de uma população é produto da interação entre a biologia, organização social e comportamento individual. Em 1956, Davis e Blake propuseram uma estrutura conceitual que identificava as variáveis diretamente envolvidas nos estágios da reprodução humana: a) a relação sexual; b) a concepção; e c) a gestação e o parto.

A estes três estágios associavam-se 11 fatores: idade de ingresso nas uniões maritais, celibato permanente, tempo do período fértil gasto entre e após as uniões, abstinência voluntária e involuntária de relações sexuais, frequência de relações sexuais, fertilidade ou infertilidade involuntária, uso de anticoncepcionais, fertilidade ou infertilidade voluntárias e mortalidade fetal, advinda de causas voluntárias e involuntárias.

Estas “variáveis intermediárias” especificam as vias pelas quais as condições culturais e materiais podem afetar a fecundidade. Qualquer fator que influencie o nível da reprodução deve fazê-lo através de um ou mais dos 11 elementos do esquema descrito acima. Cada uma das variáveis intermediárias pode exercer efeito positivo ou negativo sobre a fecundidade. Portanto, sociedades com diferentes tipos de organização social podem ostentar nível idêntico de fecundidade, muito embora tenham alcançado este resultado comum por meio de mecanismos bastante diferentes.

4.2.2 Política populacional e planejamento familiar.

Ocorreu, no Brasil, um crescimento significativo da utilização de métodos anticoncepcionais, muito embora o país nunca tenha estabelecido um programa oficial de planejamento familiar. Até a década de 60, a política governamental relativa à população era francamente pró-natalista. A segurança nacional e o desejo de povoar regiões de fronteira figuravam entre os fatores que explicavam a relutância oficial em endossar qualquer política que se vislumbrasse como ameaça ao crescimento populacional.

Em 1967, o Presidente Costa e Silva comentava, da seguinte maneira, a Encíclica *Humanae Vitae* do Papa Paulo VI em um pronunciamento que demonstra a notável fusão entre religião e política: “ Como chefe de uma nação que se esforça em ocupar mais da metade de seu território e que está, ainda, exposta aos riscos de uma densidade demográfica incompatível com as necessidades globais de seu desenvolvimento e segurança, não nos atemos à nossa inabalável fé nos mandamentos do Cristianismo para aplaudir esse notável documento” (Apud MOREIRA *et alii*, 1978:15).

O apoio público ao planejamento familiar, feito por um presidente brasileiro, ocorreu em janeiro de 1978, quando o Presidente Ernesto Geisel disse à imprensa, durante uma visita ao México, que se preocupava com o crescimento da população do país e que o planejamento familiar seria um meio de melhoria do padrão de vida. Um ano mais tarde, seu sucessor, João Baptista Figueiredo, dizia ao seu ministério:

“Nas atuais condições reinantes no Brasil, o êxito dos programas de desenvolvimento social depende, em grande medida, do planejamento familiar, porém com respeito à liberdade de decisão de cada casal. Enquanto os princípios e métodos da paternidade responsável são bem conhecidos para os de renda mais alta, são desconhecidos precisamente dos menos afortunados economicamente. Cabe ao Estado tornar disponíveis estes conhecimentos a todas as famílias.” (Apud MOREIRA et alii,1978:16).

4.2.3 A transição demográfica.

Coube a Coale (COALE, 1980) observar a existência de três condições gerais que precisam ser preenchidas, antes que possa ocorrer o declínio da fecundidade marital. Em primeiro lugar, a reprodução deve ser algo que os casais considerem estar no âmbito da escolha pessoal. Em segundo lugar, as circunstâncias sociais e econômicas devem ser tais que o declínio da fecundidade seja visto como vantajoso ao próprio casal. Finalmente, devem estar disponíveis e ser usadas técnicas eficazes de controle da fecundidade. Apenas quando estes três pré-requisitos são satisfeitos é que a fecundidade cai.

A segunda precondição de Coale é central para a explicação da queda da fecundidade no Brasil. Que forças macroestruturais estimularam o desejo por um menor número de filhos? Em uma das formulações iniciais da teoria da transição demográfica, Notestein (NOTESTEIN, 1953) enumerou os fatores associados à passagem de alta fecundidade, na sociedade pré-moderna, para fecundidade mais baixa, no contexto

urbano-industrial. Embora contenha uma mistura de generalizações empíricas e explicações *ad hoc*, vale a pena citar a passagem. Quando nada, ela capta a complexidade das relações que consideramos capazes de explicar a queda da taxa de natalidade.

“É impossível ser preciso quanto aos vários fatores causais que levaram ao novo ideal da família pequena, porém muitos mostraram-se aparentemente importantes. A vida urbana privou a família de muitas funções na produção, consumo, recreação e educação. No emprego fabril, o indivíduo passou a depender de suas próprias realizações. A nova mobilidade de pessoas jovens e o anonimato da vida urbana reduziam as pressões em favor do comportamento tradicional exercido pela família e pela comunidade. Num período de tecnologia em rápido desenvolvimento eram necessárias novas qualificações e surgiam novas oportunidades para o avanço individual. A educação e um ponto de vista racional tornaram-se cada vez mais importantes. Conseqüentemente, o custo dos filhos crescia e diminuía a possibilidade das contribuições econômicas dos filhos. Em certa época, a queda da mortalidade fez aumentar o tamanho da família a ser sustentada e reduziu as motivações de uma família numerosa. Além disso, as mulheres obtiveram nova independência das obrigações domésticas e passaram a desempenhar novos papéis econômicos menos compatíveis com a procriação... Sob múltiplas pressões, idéias e crenças antigas começaram a enfraquecer-se e ganhou força um novo ideal de família com número reduzido de filhos” (Apud COALE, 1980).

4.3 Mortalidade.

A mortalidade ocupa lugar especial no inventário demográfico das transformações socioeconômicas. Como indicador relativamente sensível do nível e da distribuição das condições de vida, a mortalidade relaciona-se direta e obviamente com o bem-estar humano (UNITED NATIONS, 1980: 71).

O nível de mortalidade é resultado da interação de três conjuntos de fatores que afetam o bem-estar da população: serviços públicos de saúde, que influenciam a mortalidade, independentes de decisões individuais (tais como a pulverização generalizada de inseticidas para controle da malária); serviços que podem reduzir os custos e levam a uma melhoria do nível de saúde, mas que requerem algum tipo de resposta individual para sua efetivação (por exemplo, a disponibilidade de água potável); e uma série de características individuais tais como a renda, que afeta a saúde através da nutrição, moradia e educação, associadas a rapidez e eficiência com as quais os indivíduos respondem ao serviço de saúde e às ameaças ambientais (BIRDSALL,1980:16).

4.3.1 A queda da mortalidade.

O número médio de anos de esperança de vida ao nascer é medida conhecida da mortalidade. Porque a expectativa de vida se expressa em anos, o conceito é imediatamente interpretável. Pode-se também utilizar a medida para fins comparativos, uma vez que a expectativa de vida não é afetada pela composição etária da população, fator este que contamina outros indicadores, tais como a taxa bruta de mortalidade.

As estimativas da expectativa de vida, apresentadas na tabela 13, mostram que houve queda substancial da mortalidade no país após a década de 30. Naquela década, a expectativa de vida ao nascer situava-se em torno de 41 anos. Três décadas depois atingiu 53,4 anos. Embora errático em seu ritmo, o declínio da mortalidade, desde os anos 30, acrescentou uma média de 27,3 anos de vida à população brasileira.

Tabela 13
Esperança de Vida ao Nascer 1940-2000

Brasil e Regiões	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	41,3	45,5	51,4	53,5	60,1	66,3	68,6
Norte	40,7	44,9	53,6	54,7	64,2	68,4	68,6
Nordeste	38,8	39,0	41,1	45,6	51,6	59,1	65,7
Sudeste	43,6	49,6	56,8	57,4	63,6	68,8	69,6
Sul	49,6	53,5	60,4	60,7	67,0	70,1	71,1
Centro-Oeste	48,1	51,2	56,9	58,9	64,7	69,1	69,5

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1940 a 2000.

As disparidades regionais são evidentes, com relação às regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste, apresentando níveis de mortalidade geral e infantil muito superiores aos de áreas de maior esperança de vida do país, como as Regiões Sul e Sudeste. Estima-se que, atualmente, os habitantes da primeira área vivam, em média, 16 anos menos que aqueles residentes nas últimas. O mesmo ocorre com relação à mortalidade infantil, uma vez que às crianças nordestinas corresponde um risco de morte no primeiro ano de vida cerca de 40% maior que a média nacional e duas vezes e meia maior que as da Região Sul (Tabela 13).

Quando e com que rapidez ocorreu a queda da mortalidade são duas considerações com importantes implicações para o entendimento das causas do declínio da mortalidade. Duas escolas de pensamento despontam na literatura dedicada a este tema. Uma delas encontra a causa primordial da queda da mortalidade não nos avanços da tecnologia médica mas, antes, na melhoria do padrão de vida da população (melhoria na nutrição, habitação e vestuário, na limpeza e higiene pessoal, na criação de sistemas de suprimento de água e de eliminação de dejetos) [MCKeown (1976)].

A segunda linha de raciocínio enfatiza avanços tecnológicos nos métodos de controle da mortalidade. Esta posição é especialmente relevante no que se refere à queda do nível de mortalidade dos países em desenvolvimento, uma tendência que os defensores do modelo da difusão atribuem à importação de conhecimentos, procedimentos e equipamentos médicos e de saúde pública dos países mais desenvolvidos [Preston (1975)].

4.4 – Educação

Nos últimos quinze anos, o perfil educacional dos brasileiros melhorou sensivelmente, melhoria já registrada pelos dois indicadores que tradicionalmente captaram com mais sensibilidade o desempenho do país nesse campo: a taxa de analfabetismo e o nível de escolaridade da população adulta. Embora ainda modestos, não deixam também de ser importantes os ganhos do país em matéria de equidade, uma vez que, pelo menos nos níveis educacionais básicos, registraram-se reduções nas tradicionais desigualdades regionais, assim como as relativas a renda.

Duas características destacam-se no comportamento dos indicadores educacionais, a aceleração da melhoria no período recente e taxas mais acentuadas de melhoria nos grupos etários mais jovens, tendências que apontam inequivocamente para o melhor desempenho do sistema educacional no período imediatamente anterior.

Com base em informações recentes examinamos na seqüência aqueles principais indicadores de desempenho, tanto em geral quanto sob a perspectiva da eqüidade.

4.4.1 –A Redução do Analfabetismo

Entre 1980 e 1996, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais caiu de 25% para 14,7%. Se é verdade que tal comportamento afirmou a tendência sistemática de queda observada desde as primeiras décadas do século, é verdade também que, no período mais recente (1991-1996), verificou-se ademais a redução do número absoluto de pessoas analfabetas no grupo etário maior de 15 anos, comportamento inédito desde os anos 20. É o que mostra a tabela 14.

Tabela 14
Pessoas analfabetas na população de 15 anos ou mais
Números absolutos e participação percentual
Brasil – 1920-1996

Ano	Total	Percentual
1920	11.401.715	64,9
1940	13.269.381	56,0
1950	15.272.632	50,5
1960	15.964.852	39,6
1970	18.146.977	33,6
1980	18.651.762	22,8
1991	19.233.239	20,1
1996	12.710.754	15,6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1920 a 1991 e Contagem da População 1996

O esforço de redução do analfabetismo mostrou-se igualmente positivo também nas diferentes regiões brasileiras, mas em 1995, ainda se mostrava acentuada a heterogeneidade regional no tocante às proporções de pessoas analfabetas no conjunto

das populações de cada região. Como se pode verificar, na metade da década de 90, o quadro de divergências regionais mostrava-se ainda bastante acentuado, reiterando, grosso modo, o panorama que se verificava em 1980 de acordo com a tabela 15.

Tabela 15
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade
Brasil e Regiões – 1980, 1985, 1991 e 1996

Região	1980	1985	1991	1996
Brasil	22,8	20,7	20,1	15,6
Norte	15,4	12,2	24,6	13,3
Nordeste	41,4	39,7	37,6	30,5
Sudeste	15,1	13,1	12,3	9,3
Sul	15,6	13,4	11,8	9,1
Centro-Oeste	21,2	18,1	16,7	13,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1980, 1991, Cont. da População 1996 e PNAD, 1985

Outra alteração relevante do perfil do analfabetismo no país diz respeito à *concentração do analfabetismo nos grupos de maior idade*. Com efeito, as informações registram queda nos percentuais da população analfabeta em todos os grupos de idade e, igualmente importante, mostram quantidades decrescentes de analfabetos em todos os grupos etários, com exceção do mais idoso, que agrega a população de 50 anos ou mais.

Assim, em 1980, dentre as pessoas com idade de 15 a 24 anos, 32,1% eram analfabetas. Entre elas, a maior concentração, de 16,5%, se dava no grupo de 15 a 19 anos. Essa tendência é verificada em todas as regiões. Merece destaque a Região Sul, na qual houve diminuição significativa no número de analfabetos em todos os grupos, inclusive entre aqueles que agrega a população com 50 anos ou mais de idade (gráfico 1).

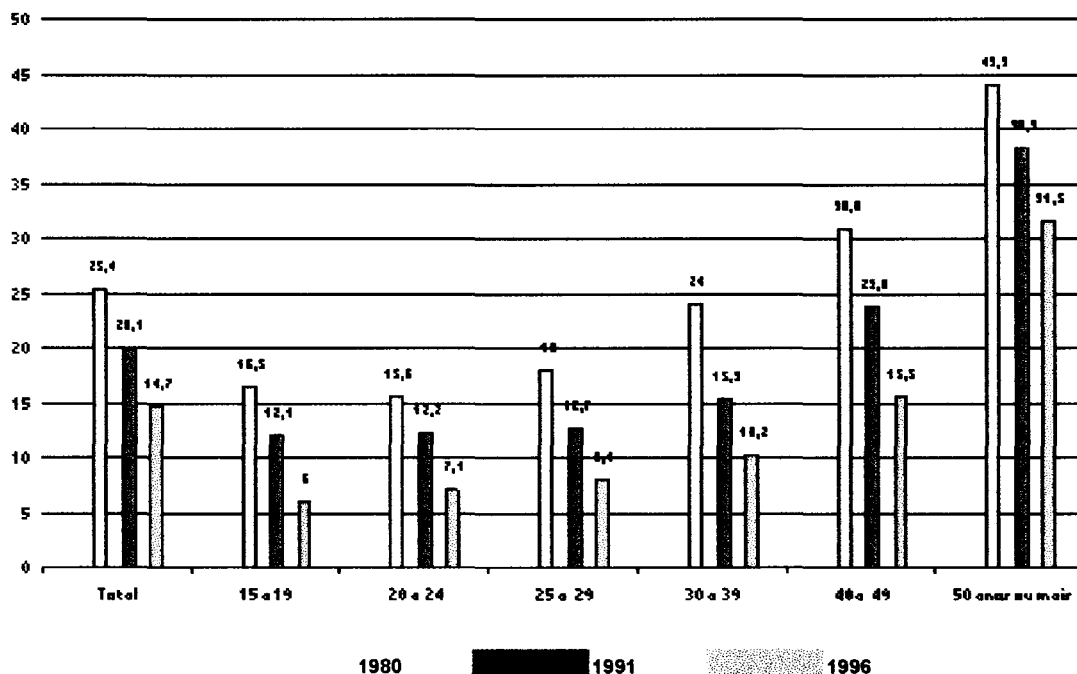


Gráfico 1

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais por grupos de idade - Brasil - 1980 - 1996

Fonte: IBGE/PNAD 96.

Sem dúvida, os esforços por parte das três esferas de governo — a federal, a estadual e a municipal — no sentido de universalizar o atendimento no ensino fundamental e de estimular a manutenção das crianças na escola explicam, em boa parte, a redução do analfabetismo entre a população mais jovem.

É provável também que concorra para tal redução a percepção, especialmente por parte da população urbana, de que o mercado de trabalho demanda profissionais cada vez mais qualificados e com níveis de escolarização mais elevados. Ainda que esse aspecto se associe mais diretamente ao aumento na média de anos de estudos da população, deverá estar também contribuindo para explicar a redução do analfabetismo entre grupos jovens.

Quanto ao grupo mais idoso, a partir daquele que agrega a população de 25 anos ou mais, muito provavelmente a redução do analfabetismo está relacionada a programas de educação de jovens e adultos, inclusive programas explícitos de alfabetização de adultos que, no período mais recente, vêm sendo promovidos ou implementados, cada vez mais, nos três níveis de governo e também por iniciativas empresariais e de setores não-governamentais conforme tabela 16.

Outro fator importante é o de que, até o início dos anos 80, a tendência histórica brasileira apontava para a predominância de analfabetismo entre as mulheres. Desde 1980, entretanto, vem ocorrendo um processo de equiparação das taxas de analfabetismo entre os dois sexos e até mesmo a superação, por parte das mulheres jovens, do índice de alfabetização, em relação aos homens.

Tabela 16
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade por grupo de Idade e sexo - Brasil - 1980, 1991 e 1996

Ano/sexo	Total	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40a 49 anos	50 anos ou mais
1980 Total	25,4	16,5	15,6	18,0	24,0	30,8	43,9
Homens	23,6	18,8	15,9	17,1	21,9	26,9	38,1
Mulheres	27,1	14,2	15,4	18,8	26,1	34,6	49,4
1991 Total	20,1	12,1	12,2	12,7	15,3	23,8	38,3
Homens	19,8	15,1	13,9	14,0	15,4	22,3	34,5
Mulheres	20,3	9,0	10,5	11,5	15,3	25,2	41,6
1996 Total	14,7	6,0	7,1	8,1	10,2	15,5	31,5
Homens	14,5	7,9	8,7	10,0	11,0	15,1	28,1
Mulheres	14,8	4,0	5,5	6,4	9,4	15,9	34,4

Fonte: IBGE Censo Demográfico 1980, 1991 e Contagem da População 1996.

Entre os fatores que contribuem para explicar tal fato, provavelmente o de maior importância relaciona-se à tendência acelerada da entrada da mulher no mercado de trabalho, com a correlata alteração das opiniões e expectativas das famílias em relação à educação das filhas. Em consequência, tende a perder peso, na sociedade brasileira contemporânea, e em todas as suas regiões, a visão do que “a mulher não precisa estudar”.

Por outro lado, e paradoxalmente, a perversa e precoce entrada das crianças e adolescentes pobres no mercado de trabalho pode estar contribuindo também para o melhor desempenho das mulheres, em termos de perfil educacional. De fato, na tradicional e prevalecente divisão do trabalho entre sexos, em geral as meninas trabalhadoras dedicam-se mais a afazeres domésticos, mais facilmente compatíveis com os horários e atividades da escola, enquanto os meninos trabalhadores tendem a desempenhar atividades menos compatíveis com a rotina escolar.

Além da redução do analfabetismo, o perfil educacional da população brasileira apresentou sensível melhora em termos de anos de estudos da população adulta. Com efeito, entre 1980 e 1996, o número médio de anos de estudos da população de 25 anos de idade ou mais passou de 3,9 para 5,7 anos para os homens e 3,5 para 6 anos para as mulheres.

Tal melhora reflete a recomposição da participação relativa dos grupos com maior nível de instrução. De fato, entre 1981 e 1996, aumenta a proporção de pessoas com mais anos de estudo na população de 10 anos ou mais de idade: cai de 23,1% para

13,6% a participação de pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo, ao mesmo tempo em que se eleva de 18,3% para 28,9% a participação daquelas com oito ou mais anos de estudos. É o que demonstra a tabela 17.

Não se pode desconhecer, ainda assim, que a média de aproximadamente seis anos de estudo entre a população de 25 anos ou mais é ainda inferior ao número de anos de ensino obrigatório no Brasil, de oito anos.

Tabela 17
Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por ano de estudo
Brasil: 1980 – 1996

Anos de Estudo	1980	1985	1991	1996
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	23,1	20,0	18,1	13,6
1 a 3 anos	26,5	24,3	22,9	21,5
4 a 7 anos	32,0	33,2	33,9	35,1
8 anos ou mais	18,3	22,3	25,0	28,9
sem declarar	0,1	0,2	0,1	0,9

Fonte: IBGE Censo Demográfico 1980, 1991, Contagem da população 1996 e PNAD 1985.

4.4.2 Educação como determinante sócio-econômico da queda da fecundidade.

A despeito dos avanços conceituais no campo da pesquisa sobre fecundidade, um aspecto marcante do estágio atual de conhecimento é a ausência de uma teoria consensualmente aceita que ligue as transformações estruturais da sociedade e da economia às decisões individuais sobre fecundidade (CALDWELL, 1976:325-26). Na ausência de uma estrutura teórica que especifique a ligação entre o processo macroestrutural e o comportamento individual ou familiar, a ligação entre os dois níveis de análise permanece casual. Porém, uma transformação no nível social pode afetar a fecundidade, por alterar os custos e benefícios relativos de se ter filhos.

Entre as mudanças recentes mais importantes encontra-se o aumento do nível educacional de ambos os sexos com predominância para as mulheres, principalmente, na faixa etária de 20 a 24 anos conforme tabela 16. São estas as coortes etárias mais particularmente relevante para o comportamento da fecundidade de uma década.

Enquanto o peso esmagador da evidência mostra que o aumento do índice educacional feminino e, em menor escala, masculino, resulta em fecundidade mais baixa [COCHRANE, 1979), é importante observar que níveis educacionais mais altos também exercem efeitos no sentido contrário. A melhoria das condições de saúde, por meio da difusão do conhecimento sobre higiene pessoal, cuidados alimentares e ameaças ambientais, tende a ampliar a oferta potencial de crianças pelo aumento da fecundidade natural.

Estes elementos também reduzem a mortalidade infanto-juvenil, resultando num número mais alto de crianças sobreviventes. O nível mais alto de educação está, de modo geral, também associado a um tempo de lactação mais curto, reduzindo, desta forma, o impacto redutor da lactação sobre a fecundidade.

No entanto, o efeito mais importante da melhoria do nível educacional sobre a fecundidade se dá no sentido de reduzi-la, por processos que operam através de uma longa série de fatores. Baseando-se em ampla perspectiva histórica, Caldwell argumenta que o momento do início da queda da fecundidade é determinado pelos efeitos da educação de massa sobre a economia familiar.

A educação de massa reduz as possibilidades da criança contribuir para o trabalho dentro e fora de casa; também aumenta os custos dos filhos e acelera o processo de transformação cultural. A educação universal está também, associada à disseminação de valores e ideologias da classe média ocidental e relaciona-se com a legislação de proteção dos menores, que reduz a produtividade econômica das crianças.

Por ser fator vinculado à maior faixa etária dos nubentes, o nível educacional mais elevado influencia os determinantes próximos da fecundidade, ao reduzir os anos de exposição à gravidez. Outras variáveis intermediárias são também envolvidas. Os sociólogos comumente interpretam o nível educacional como uma medida substituta do conhecimento e uso de meios anticoncepcionais, uma linha de raciocínio que se estende a fatores psicossociais relacionados ao planejamento da natalidade.

A perspectiva econômica enfatiza a queda da demanda de filhos, ligada ao aumento do nível educacional dos pais, em especial das mães. No modelo microeconômico do comportamento reprodutivo, o nível educacional mais alto implica o aumento do custo de oportunidade da procriação. Tudo mais permanecendo constante, o aumento das possibilidades de ganho da esposa no mercado está associado aos custos indiretos mais altos dos filhos e, daí, ao desejo de limitar-se o tamanho da família. A educação pode, também, levar a padrões mais altos de cuidado com os filhos, dando-se ênfase maior à qualidade, e não quantidade de filhos.

4.4.3 Educação como determinante sócio-econômico da queda da mortalidade infantil.

O padrão de vida de uma população não pode ser medido apenas pela renda familiar; são outros fatores relevantes a alfabetização, a educação e o acesso aos serviços sociais. A mortalidade está inversamente ligada a alfabetização e ao número de anos de escolaridade. Esta relação é especialmente forte entre a educação da mãe e a probabilidade de que seus filhos sobrevivam até o quinto aniversário (WOOD, 1988)

Caldwel (CALDWEL, 1980) sugere três liames, pelos quais a probabilidade de morte na infância esteja relacionada à educação da mãe:

- a) as mães com mais anos de escolaridade tendem a ser menos fatalistas acerca das doenças e mais aptas a procurarem por assistência;
- b) mães com maior grau de educação estão mais aptas a valerem-se de práticas de puericultura mais avançadas;
- c) a educação pode modificar as relações intrafamiliares de modo que cause impacto positivo sobre a saúde das crianças.

A educação também pode ser considerada como índice de outros fatores que incidem sobre a mortalidade não somente das crianças, mas também das pessoas em geral. Padrões de emprego estáveis, prestígio social e maior capacidade de manipulação do sistema sociopolítico estão diretamente associados ao nível educacional. Cada um desses fatores contribui para que a família possa reduzir os riscos ambientais à saúde e mobilizar recursos para tratamento de doenças.

4.5 Saúde.

A Constituição Federal de 1988, ao tratar da questão da saúde, prescreve a municipalização para a gestão do setor. Entende-se como transferência da gestão e gerência das necessidades de saúde para a esfera municipal, onde são conhecidas as necessidades e pode-se exercer o processo de avaliação e controle.

A gestão do sistema de saúde está entre as mais complexas. Passa pela organização dos serviços em si, pelo processo e pelo produto das atividades desenvolvidas; por outro lado impõe-se o impacto em nível de eficiência e efetividade.

A municipalização dá aos municípios a responsabilidade de definir a “Política de Saúde” baseada no perfil epidemiológico local; de algum modo permite o gerenciamento local de recursos positivos.

Os debates em torno da “Política de Saúde”, travados particularmente após as mudanças patrocinadas pela implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), têm apontado para a quebra da visão da figura do médico como elemento primordial quando se planeja, se executa ou se avalia a política de assistência à saúde.

Hoje é comum nos referirmos aos “profissionais de saúde” — e não apenas ao médico — como elemento a ser considerado no conjunto das ações de prevenção, assistência e recuperação da saúde.

Essa evolução, no entanto, ainda não retirou do médico o papel de destaque nestas ações como o personagem que encarna, há décadas, até culturalmente junto à população, a possibilidade da cura, que em última análise é o resultado concreto que cada um pretende quando busca amparo no sistema de saúde.

Sistema esse que, no Brasil, passa por uma crise de tal magnitude, que tem levado as pesquisas de opinião realizadas junto à população a apontar a saúde como a principal preocupação da sociedade, até mesmo em relação a temas como o desemprego, os baixos salários e a moradia, que sempre capitanearam estes índices.

As dificuldades na área de saúde são importantes porque o SUS é focado nas atividades-fim onde a ação dos profissionais é o foco mais importante. As atividades-fim são multidisciplinares e envolvem saberes complexos e especializados. Esse aspecto impõe interdeterminações (contingências) para os bons resultados necessários à saúde, a integração em espírito de equipe.

Adicione-se ao rol das dificuldades a limitação de recursos para atender às necessidades crescentes impostas pelas condições sócio-econômicas e a infinidade de desejos de uma vasta população.

As estatísticas relativas à saúde começaram a ser realizadas em 1931 pelo então Serviço de Estatística da Educação e Cultura. A partir de 1975, o IBGE, em convênio com o Ministério da Saúde, assumiu a responsabilidade pela pesquisa que passou a ser denominada Assistência Médico-Sanitária.

Esta pesquisa é um levantamento que toma por base todos os estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, que prestam serviços rotineiros à população e cujas instalações físicas se localizem em instituições do setor saúde. Desta forma são excluídos da pesquisa os consultórios médicos e odontológicos particulares, os ambulatórios e gabinetes dentários de empresa e da rede escolar bem como aqueles utilizados provisoriamente para a realização de atividades das campanhas de vacinação e/ou controle de endemias.

Na tabela 18 podemos acompanhar o crescimento, nas três últimas décadas, do número de estabelecimentos de saúde nas Grandes Regiões e Unidades da Federação. A Região Norte teve um crescimento de aproximadamente 492% de estabelecimentos enquanto a Região Sudeste teve o menor crescimento neste período (185%).¹

Utilizando os dados das tabelas 11 e 18 foi construída a tabela 19 na qual verificamos, claramente, que no final da década de 90 a variável população residente por estabelecimento de saúde, que antes (1980) era de quase oito mil e quinhentas pessoas por estabelecimento, em 1999 passou para aproximadamente duas mil e setecentas pessoas na Região Norte.

¹ Ianni (IANNI, 1970:55) comprovou que os migrantes, na realidade, estão melhor na cidade do que em seus lugares de origem. No que diz respeito a salários, atendimentos médicos por 1.000 habitantes, oportunidades educacionais, rádios, cinemas etc.

Tabela 18 - Dados comparativos dos estabelecimentos de saúde,
Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 1980/1999

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1980	1990	1999
Brasil	18.489	35.701	56.133
Norte	784	2.654	4.645
Rondônia	79	591	932
Acre	51	171	351
Amazonas	123	487	632
Roraima	43	106	191
Para	425	996	1.870
Amapá	63	96	217
Tocantins		207	452
Nordeste	5.425	10.791	16.265
Maranhão	384	855	1.669
Piauí	341	841	1.245
Ceará	706	1.656	2.614
Rio Grande do Norte	460	926	1.256
Paraíba	535	924	1.418
Pernambuco	728	1.664	2.394
Alagoas	264	632	791
Sergipe	243	533	744
Bahia	1.764	2.760	4.134
Sudeste	7.532	12.895	21.483
Minas Gerais	2.427	4.329	7.143
Espírito Santo	412	798	1.261
Rio de Janeiro	1.554	2.312	4.240
São Paulo	3.139	5.456	8.839
Sul	3.563	7.166	9.819
Paraná	1.720	2.875	4.061
Santa Catarina	692	1.631	2.321
Rio Grande do Sul	1.151	2.660	3.437
Centro-Oeste	1.185	2.195	3.921
Mato Grosso do Sul	248	466	682
Mato Grosso	210	599	1.137
Goiás	660	948	1.717
Distrito Federal	67	182	385

Fonte: IBGE – Pesquisa AMS/1999

Tabela 19 - População residente por estabelecimento de saúde,
Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 1980/1999

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1980	1990	1999
Brasil	6.436,41	4.033,27	2.971,17
Norte	8.442,80	3.633,90	2.701,37
Rondônia	6.216,06	1.765,35	1.445,50
Acre	5.907,90	2.369,27	1.535,61
Amazonas	11.626,74	4.164,59	4.340,90
Roraima	1.840,91	1.855,00	1.619,57
Para	8.007,98	4.797,98	3.225,40
Amapá	2.781,86	2.873,77	2.066,96
Tocantins	-	4.354,46	2.489,67
Nordeste	6.417,02	3.866,17	2.893,30
Maranhão	10.407,30	5.655,09	3.326,95
Piauí	6.272,79	3.017,20	2.257,26
Ceará	7.490,44	3.779,24	2.788,48
Rio Grande do Norte	4.126,46	2.550,69	2.171,80
Paraíba	5.177,90	3.418,68	2.404,25
Pernambuco	8.438,56	4.225,31	3.265,51
Alagoas	7.509,81	3.891,29	3.516,50
Sergipe	4.691,86	2.729,88	2.343,99
Bahia	5.359,61	4.210,13	3.126,35
Sudeste	6.868,58	4.779,36	3.309,88
Minas Gerais	5.512,38	3.582,49	2.461,71
Espírito Santo	4.911,02	3.183,64	2.404,87
Rio de Janeiro	7.266,10	5.475,96	3.344,45
São Paulo	7.977,29	5.666,44	4.107,76
Sul	5.341,33	3.045,80	2.517,33
Paraná	4.435,69	2.911,35	2.320,92
Santa Catarina	5.242,68	2.727,42	2.256,02
Rio Grande do Sul	6.753,99	3.384,74	2.925,69
Centro-Oeste	5.743,38	4.165,75	2.891,47
Mato Grosso do Sul	5.522,45	3.728,47	2.990,28
Mato Grosso	5.422,34	3.202,28	2.145,07
Goiás	4.728,36	4.140,57	2.190,54
Distrito Federal	17.566,19	8.547,38	5.159,93

Fonte: IBGE – Pesquisa AMS/1999.

CAPÍTULO 5

Retrato do Migrante

Este capítulo, com base em dados empíricos, desvia o foco das atenções da comunidade para o indivíduo. Buscamos aqui oferecer traçar o perfil social dos migrantes: de onde vêm, qual a sua experiência urbana prévia, por que e como vieram para o estado do Rio de Janeiro.

Para tanto, utilizou-se um estudo de caso, realizado através de entrevistas abertas semi-estruturadas, na Rodoviária Novo Rio, no Município do Rio de Janeiro, durante os meses de julho e agosto de 2000. Este tipo de abordagem que utilizou basicamente perguntas de interesse específico para o presente estudo foi empregada porque a natureza da problemática pesquisada exigia que tentasse uma abordagem qualitativa do problema, uma vez que os mecanismos pelos quais os migrantes se relacionam com o tipo de vida urbana não são apreensíveis através de perguntas fechadas ou formalizada.

Analisando, portanto, as migrações internas por outro caminho metodológico, que não a análise de dados censitários existente, identificaram-se limitações insuperáveis para as pesquisas ao se trabalhar com tais dados. De fato, o universo do estudo de caso envolvendo 185 pessoas pesquisadas, distribuídas em 32 famílias, pesquisadas em um único local (rodoviária) e a eleição intencional deste universo não permitem generalizações a partir dos resultados encontrados, sendo a principal

propriedade desta parte da pesquisa a de levantar hipóteses de ocorrência dos fenômenos a serem pesquisados por estudos de maior abrangência. É, pois, dentro desta perspectiva que se deve considerar o presente trabalho.

5.1 Quem são os migrantes.

O processo de migração para uma área metropolitana não é absolutamente homogêneo ou idêntico para todos os migrantes. Apesar de que até certo ponto eles compartilham o mesmo destino e as mesmas condições de vida urbana, é óbvio que sua experiência migratória se diferencia de maneira significativa. Alguns dos migrantes, por exemplo, são homens casados que viveram da agricultura, enquanto outros são mulheres solteiras originárias de centros urbanos importantes. Alguns vieram ainda na idade infantil, ou na adolescência, enquanto outros, já adultos ou até avós.

Encontramos dificuldades para determinarmos se os migrantes vinham das camadas inferiores ou superiores da população rural. Existe o estereótipo de que os migrantes constituíssem os membros mais desvalidos entre os pobres do interior. Entretanto, apesar de ter sido impossível comparar os migrantes do Rio com os que tinham permanecido no campo, os dados recolhidos tenderam a confirmar que, universalmente, os migrantes para cidades grandes encontram-se acima das médias nacionais no que se refere à educação, habilitação e afinidades com os modos de vida urbanos, e em algumas cidades eles não sofrem *handicaps* no mercado do trabalho, frente aos nativos. Parecendo, dessa forma, que a migração é seletiva: apenas os mais dinâmicos membros da população rural migram para as cidades (MATTA, 1973:714).

Essa migração seletiva tende a perpetuar uma força de trabalho submissa nas comunidades rurais. Como afirma o cientista brasileiro Octavio Ianni (IANNI, 1970):

“A saída dos homens ... alivia as tensões sociais, amenizando os conflitos relativos a trabalhos e empregos... Comumente os migrantes são homens de ação ou que possuem horizontes culturais mais amplos do que a média; a migração dessas pessoas para os centros urbanos representa uma perda em termos de elementos de vanguarda.”

Segundo os dados empíricos, a participação das mulheres (56,2%) confirmou uma das Leis de Migração de Ravenstein — a de que as mulheres migram mais que os homens. Dentre os que informaram o grau de instrução, quase a totalidade (98,7%) sabiam ler e escrever. Considerando que o total de pessoas (185) e o número de domicílios (32) constata-se que em média as famílias são constituídas de cinco ou seis membros, sendo a metade composta de filhos ou enteados.

Quadro 1

Perfil do Migrante

Variável	Total na Amostra	Percentual
Sexo	185	100%
Homem	81	43,8%
Mulher	104	56,2%
Unidade da Federação		100%
Norte	13	7,0%
Nordeste	87	47,0%
Sudeste	66	35,7%
Sul	14	7,6%
Centro-Oeste	05	2,7%
Relação com Chefe do Domicílio	185	100%
Chefe do domicílio	32	17,3%
Cônjuge, Companheiro (a)	26	14,1%
Filho(a), enteado(a)	85	45,8%
Pai, Mãe, sogro (a)	15	8,1%
Neto(a), bisneto (a)	07	3,8%
Irmão, irmã	16	8,6%
Outro parente	04	2,3%
Tempo de residência neste Município	185	100%
Até 5 anos	50	27,0%
De 5 até 10 anos	72	38,9%
Mais de 10 anos	63	34,1%
Alfabetização (pessoas maiores 5 anos)	173	100%
Não sabe ler, nem escrever	02	1,2%
Sabe ler e escrever	150	86,7%
Não declarado	21	12,1%
Ocupação exercida 12 meses anteriores à entrevista (pessoas maiores de 10 anos)	158	100%
Ocupado	59	37,4%
Afazeres domésticos	34	21,5%
Aposentado	10	6,3%
Procurando o primeiro emprego	14	8,9%
Estudante	31	19,6%
Não declarado	10	6,3%

Quadro 2
Perfil do Migrante entrevistado

Variável	Total na Amostra	Percentual
Sexo	32	100%
Homem	19	59,4%
Mulher	13	40,6%
Unidade da Federação	32	100%
Norte	02	6,3%
Nordeste	18	56,3%
Sudeste	08	25,0%
Sul	03	9,4%
Centro-Oeste	01	3,0%
Relação com Chefe do Domicílio	32	100%
Chefe do domicílio	12	37,4%
Cônjuge, Companheiro (a)	07	21,9%
Filho(a), enteado(a)	08	25,0%
Pai, Mãe, sogro (a)	03	9,4%
Neto(a), bisneto (a)	00	0,0%
Irmão, irmã	02	6,3%
Outro parente	00	0,0%
Tempo de residência neste Município	32	100%
Até 5 anos	05	15,6%
De 5 até 10 anos	11	34,4%
Mais de 10 anos	16	50,0%
Alfabetização (pessoas maiores 5 anos)	32	100%
Não sabe ler, nem escrever	01	3,0%
Sabe ler e escrever	31	97,0%
Não declarado	00	0,0%
Ocupação exercida 12 meses anteriores à entrevista (pessoas maiores de 10 anos)	32	100%
Ocupado	18	56,3%
Afazeres domésticos	07	21,9%
Aposentado	04	12,5%
Procurando o primeiro emprego	01	3,0%
Estudante	02	6,3%
Não declarado	00	0,0%

Quadro 2
 Perfil do Migrante entrevistado (continuação)

Variável	Total na Amostra	Percentual
Instrução ao tempo da migração	32	100%
Analfabeto	03	9,4%
Alfabetizado	29	90,6%
Idade ao tempo da migração	32	100%
1 a 12 anos	02	6,3%
13 a 20 anos	21	65,6%
21 ou mais	09	28,1%
Estado conjugal ao tempo da migração	32	100%
Solteiro	19	59,5%
Casado	08	25,0%
Viúvo	01	3,0%
Separado	04	12,5%
Motivo da migração	32	100%
Econômico/financeiro	09	28,1%
Familiar	08	25,0%
Saúde	03	9,4%
Estudos	06	18,9%
Falta de contacto com parentes	03	9,4%
Atração pela cidade grande	01	3,0%
Outros	02	6,2%
Com a atual infraestrutura	32	100%
Saía para outra cidade	14	43,8%
Permanecia na localidade	18	56,2%
Na hipótese de sair da cidade de origem, iria para	14	100%
Capital do Estado	04	28,6%
Cidade do Rio de Janeiro	05	35,8%
Cidade de São Paulo	01	7,1%
Permanecia no Estado de origem	03	21,4%
Outra cidade fora do Estado de origem	01	7,1%

Quadro 2

Perfil do Migrante entrevistado (conclusão)

Variável	Total Amostra	Percentual
Permanecendo na localidade. Qual(is) motivo(s) principal(is)	18	100%
Existe boa área de saúde	15	83,3%
Existe boa área de Educação	14	77,8%
Existe emprego	06	33,3%
Tem tudo da cidade grande	08	44,4%
Não estou feliz aqui	07	38,9%
Poderia ficar próximo dos parentes	13	72,2%
Outros	10	55,6%
Das pessoas que retornaram. Qual(is) motivo(s) principal(is)	32	100%
Saudade da família/amigos	24	75,0%
Já estava aposentado	27	84,4%
Falta de emprego nesta cidade	15	46,9%
Muita violência urbana nesta cidade	28	87,5%
Vida pior do que tinha antes	03	9,4%
Outros	15	46,9%
Das pessoas convidadas por você para morar nesta cidade e que recusaram. Qual(is) motivo(s) principal(is)		
Saudade de parentes/amigos	32	100%
Medo da violência urbana nesta cidade	07	21,9%
Falta de emprego nesta cidade	28	87,5%
Existe "boas cidades" mais próxima	16	50,0%
outros	29	90,6%
	27	84,4%

5.2 De onde vêm os migrantes ?

Em relação à trajetória percorrida pelo migrante a migração é um processo de mobilidade geográfica de duração diferenciada e que engloba vários pontos de origem e de destino. É um processo que pode englobar várias etapas tanto em termos espaciais

como em termos de uma divisão e posterior recomposição do grupo familiar. Esta segmentação vai depender do raio de ocorrência em que se dá a migração e vai ter diferentes significados para os agentes, dependendo das diferentes fases do ciclo familiar em que se dá a migração e da posição ocupada na família por cada um dos membros que migram.

No Brasil, a idéia de que os migrantes sejam homens do campo está ligada a de um êxodo maciço motivado pelas secas do Nordeste. Na realidade, dentre os migrantes que entrevistamos a maioria tinha vindo do Nordeste, do estado do Rio de Janeiro e dos estados de Minas e Espírito Santo.

Observou-se nas entrevistas, que pessoas oriundas de uma mesma região moram próximas umas às outras. Efetivamente, constituindo-se uma rede de relações que apóia aos que chegam com ajuda que vai desde fornecer habitação até conseguir emprego ou facilitar acesso aos canais de mobilidade social na grande cidade.

De acordo com os últimos dados censitários, a migração do Nordeste vem cedendo passo à de Minas Gerais e Espírito Santo. Pernambuco e Bahia tornaram-se recentemente pólos de atração eles mesmos, sob o ímpeto de programas de industrialização e desenvolvimento, desviando parte da migração que de outra maneira se dirigiria para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Na nossa pesquisa notamos a ocorrência de mais uma das Leis de Migração de Ravenstein, isto é, a grande parte dos migrantes estão se deslocando a curta distância,

no caso, 35,7% são migrantes da própria Região Sudeste. E, deste total, 70,2% são intra-regional.

5.3 Por que as pessoas migram ?

Estudos sobre migração freqüentemente se baseiam numa teoria de *expulsão* ou de *atração* para explicar o deslocamento dos habitantes pobres do interior. Uma das mais importante teoria relacionada à expulsão diz que as pessoas são corridas de suas terras pela exaustão do solo, condições climáticas precárias (especialmente enchentes ou secas) divisões cada vez menores de terra para culturas de subsistência, e a pobreza opressiva das áreas mais remotas.

Segundo Singer (1973), os fatores de expulsão que irão determinar a migração são de segunda ordem: fatores de mudança, decorrentes do desenvolvimento de relações capitalistas nas áreas rurais e fatores de estagnação que levariam a *“uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável, como pela monopolização de grande parte da mesma pelos proprietários”*.

Ianni descreve os fatos macroeconômicos e estruturais de expulsão que também afetam a migração:

“O êxodo rural não é um fato decorrente da atração exercida pela cidade e suas indústrias. Relaciona-se também a alterações nas condições

técnicas e sociais da produção em várias regiões agrícolas. Aos poucos a tecnologia capitalista expandiu-se nas áreas rurais, provocando o desemprego e a expulsão de uma parcela da força de trabalho (IANNI, 1970).”

Recentes estudos empíricos, todavia, desmentem a importância dos fatores de expulsão. Germani, por exemplo, não viu correlação dos fatores de expulsão entre o grau de pobreza rural e a tendência para o deslocamento. Acredita, ao contrário, o respeitável estudioso:

“(...) fatores objetivos são filtrados pelas atitudes e decisões dos indivíduos...A migração rural-urbana, portanto, não constitui um mero sintoma, um fato demográfico e uma reação a determinada pressão econômica, mas é expressão de uma mudança de mentalidade. Pode-se então, dizer que a migração é um substituto para a revolução social (GERMANI, 1965).”

Em nível micro, os dados não são absolutamente definitivos no sentido de resolver a importante controvérsia quanto à predominância dos fatores de expulsão ou de atração na migração. Ambos os elementos estão presentes, indubitavelmente, e a questão é saber quais os que predominam em determinadas circunstâncias.

De acordo com os nossos dados empíricos, apresentados no quadro 2, as considerações econômicas não são as únicas a pesar em suas decisões. Apenas 28,1% mencionaram o lado econômico como razão para a mudança. Um número um pouco superior (34,4%) referiu-se a questões de família ou de saúde — ir viver com um parente ou cônjuge, arranjar marido, ou fazer tratamento médico. Outro fator

mencionado pelos migrantes entrevistados foi por necessidade educacional sua ou dos familiares (18,9%).

Verificamos que a maioria dos migrantes é incapaz de definir com precisão seus motivos para migrar. Claramente, as decisões específicas envolviam fatores complexos, muitos nem ao menos conscientes. Com frequência, uma combinação de motivos, inclusive os de expulsão e de atração, tem efeitos diferentes para pessoas em circunstâncias diferentes.

5.4 Por que os migrantes retornam ?

Sejam quais forem os motivos para esse tipo de fluxo, fica evidenciada, pela sua importância quantitativa a necessidade de se aprofundar o conhecimento tanto das características sócio-econômicas destes migrantes, como o de suas motivações de retorno.

Simões (SIMÕES, 1974-5), analisando as características sócio-econômicas dos migrantes de retorno do Nordeste destacou as seguintes tendências:

- 1) De um modo geral não se identificaram elementos discriminadores dos migrantes de retorno em relação aos não migrantes;
- 2) O contingente de migrantes de retorno é heterogêneo sendo constituído por indivíduos socialmente diferenciados quanto à instrução, ocupação e despesa familiar;
- 3) Nas áreas urbanas, em particular no conjunto metropolitano, os migrantes

de retorno alcançam maiores níveis educacional bem como se inserem em grupos de média e alta hierarquia no quadro ocupacional. Há indícios de que esta parcela de contingente de retornados seja formada, em essência, por aqueles que foram bem sucedidos em seu caminho migratório, seja através do aprendizado de um ofício urbano, seja através de um maior acesso à instrução formal ou ainda por já apresentarem ao migrar maiores níveis de qualificação que possibilitaram um melhor desempenho em áreas urbanas ;

- 4) Em contra partida, o perfil sócio-econômico dos migrantes de retorno nas áreas rurais é mais desfavorável. Nesse sentido, o retorno poderia ser visto como uma das possíveis alternativas, encontradas pelo migrante, para garantir a sua sobrevivência, via de regra, ameaçada no meio urbano.
- 5) No contingente dos retornados, as mulheres apresentam menores níveis de participação na força de trabalho, o que corresponde ao padrão de participação da mão-de-obra feminina;
- 6) Ao contrário do observado nos demais fluxos migratórios, verifica-se o predomínio dos homens na migração de retorno em todos os estratos analisados.

Na nossa pesquisa, tentamos caracterizar o migrante de retorno quanto às suas características decisórias de retornar, segundo a visão do entrevistado. Entretanto tem-se que conduzir a análise a um nível de agregação maior do que seria desejável para alcançar esse objetivo, a fim de evitar que se comprometam os resultados da análise.

Isto só será possível através de pesquisa de cunho antropológico.

Assim, dentro das limitações metodológicas, constatamos que os migrantes de retorno tomaram esta decisão tendo em vista, principalmente, da violência urbana e da condição de estar aposentado (quadro 2).

CAPÍTULO 6

Conclusão

Julgamos oportuno nesta conclusão declinar os motivos que nos levaram à consecução desta pesquisa, bem como as inúmeras motivações que dão vezo à continuidade do trabalho em novas etapas de desenvolvimento.

Consistia inicialmente o escopo deste trabalho buscar resposta para a seguinte pergunta: quais os possíveis indicadores de impacto do fenômeno migratório da população no processo de desenvolvimento regional neste final de século?

O caso investigado – a migração interna – como vimos, visa determinar se no final do século XX o principal motivo que tem levado as famílias a decidir pela migração é sempre o fator salarial, ou se outras variáveis sociais têm influência nesta decisão tão grave na vida das pessoas.

O estereótipo de que a migração é a causa motora principal da *desigualdade* econômica, social e regional não consegue ser provado por nenhuma pesquisa empírica. Sem dúvida, não há dados concretos, elementos palpáveis e de inequívoca evidência que possam levar a uma conclusão definitiva nesta direção.

Em que pese não ser ainda possível um completo acompanhamento da dinâmica demográfica durante a última década (Censo Demográfico 2000), os dados analisados permitem-nos destacar vários processos no decorrer das últimas décadas do século XX. Os dados apontam para uma ampla e consistente modificação dos níveis e padrões populacionais.

Nesse sentido, assinalamos as substanciais alterações no comportamento reprodutivo da população brasileira, com destaque para a diminuição dos níveis de fecundidade, tendência já anteriormente observada por especialistas e que, até meados da década de 1980, apresentou uma aceleração do seu declínio, e alterações importantes nos níveis de esperança de vida, com os dados indicando um decréscimo nas taxas de mortalidade, principalmente da Esperança de Vida ao Nascer, que em 1940 era de 41,3 anos, passou para 68,6 anos em 2000.

Essas mudanças nas taxas de fecundidade, assim como os aumentos da Esperança de Vida ao Nascer, traduzem, no primeiro caso, além do impacto de programas e iniciativas de planejamento familiar e difusão, nos diversos segmentos sociais, dos métodos anticonceptivos, a trajetória da passagem de uma economia com forte base no ordenamento familiar rural para uma sociedade de mercado de caráter eminentemente urbano, em que a vigência de novas relações de produção e de sobrevivência impõe a adoção de novos padrões de composição dos agrupamentos familiares.

No segundo caso, os fatores que contribuem para a queda nos níveis de mortalidade ainda são os mesmos de décadas anteriores — vacinação em massa, saneamento básico, abertura de postos de saúde etc. —, aliados ao desenvolvimento da medicina e da produção de novos medicamentos, revelando a imprescindível ação médico-sanitária do Estado.

Contraditoriamente, o mesmo Estado que consegue, por um lado, implementar políticas públicas de saúde — e, com isso, fazer reverter alguns índices indesejáveis, como o de mortalidade infantil, por exemplo —, por outro lado não consegue atuar positivamente sobre o modelo econômico concentrador, que impede o acesso de parte considerável da população a padrões elementares de reprodução de vida, como alimentação, habitação e educação, esta última em menor escala.

Mostramos também que, na busca de melhores condições de vida ou mesmo em função do processo de expulsão do campo e das pequenas cidades, assiste-se a um crescimento desordenado da população brasileira nos centros urbanos, que se vão desenvolvendo velozmente, com a conseqüente queda nos níveis da qualidade de vida, principalmente nas capitais e regiões metropolitanas.

Apesar de os dados do Censo Demográfico de 1980 terem apontado para a continuidade desse processo, destacamos algumas tendências pela avaliação dos dados, que já sugerem um redirecionamento de parte da população no sentido diverso ao de décadas passadas.

Os dados do Censo 1991 e a divulgação dos Dados Preliminares do Censo Demográfico 2000 confirmam a diminuição do fluxo migratório para as regiões mais desenvolvidas como o Rio de Janeiro e São Paulo.

Assim, em linha gerais, podemos afirmar que a dinâmica demográfica brasileira recente plasmou um quadro de profundas mudanças em direção a um comportamento mais “racional”. A possibilidade de se estimar com maior precisão o crescimento demográfico que resultará em demandas sociais (crescimento de grupos etários específicos interessados em saúde infantil, escola, trabalho, previdência social, etc.), em qualquer nível de desagregação geográfica (unidades da Federação, município, distrito), é um objetivo importante, que tem sido valorizado corretamente no âmbito das iniciativas de descentralização administrativa.

Neste contexto, não há como evitar a afirmação de que a solução definitiva para a absorção do excedente migratório consiste na adoção de uma gama de estratégias orientadas por uma preocupação global com o desenvolvimento social: **educação, saúde e criação de emprego.**

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de & CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos.

Desenvolvimento regional no Brasil. Brasília, Fundação IPEA, 1976

BAENINGER, R. **O processo de urbanização no Brasil: características e**

tendências. In: BOGUS, L.M.M., WANDERLEY, L.E.W. A Luta pela cidade em São Paulo. São Paulo : Cortez, p.756, 1992

BELTRÃO, Kâizo I. & MIGON, Helio S. – **Migrações anuais rural-urbano-rural**

(período 70/80). Rio de Janeiro: IBGE, 1989

_____ **Cálculo das taxas líquidas de migração rural – urbana.** Rio de Janeiro:

IBGE, 1991

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988.

BRASIL. **LEI de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394.** 1996.

CAMARANO, Ana Amelia et alii. – **A dinâmica demográfica recente da Região**

Nordeste. IPEA, Brasília: 1997

CANO, Wilson. **Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil de**

1970/95 in: Revista do Instituto de Economia da Unicamp, Vol.8, junho 97,

pp. 101-141.

CASTRO, Mary Garcia et alii. - **Mudanças na composição do emprego e a distribuição da renda: efeitos sobre as migrações internas.** Brasília : Minter, 1976

CARVALHO, J.A M. - **Migrações Internas: mensuração direta e indireta.** Rio de Janeiro : Revista Brasileira de Estatística, v.43, n. 171. Jul./set. 1982

_____ O tamanho da População Brasileira e sua Distribuição Etária: uma visão prospectiva. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6. Anais, Olinda: 1988. v. 1 p. 37 a 66.

CARVALHO, Otomar de & MARTINE, George. **Migração e urbanização de políticas e instrumentos para a ordenação da migração interna no Brasil.** Brasília : Minter. 1977.

CASTRO, Maria Helena G.de. **Avaliação do sistema educacional brasileiro: tendências e perspectivas.** Brasília: MEC/Inep, 1998

CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro : IBGE, 1980 a 1991.

COSTA, Manoel Augusto. - **Migrações interestaduais no Brasil, 1950/80.** Rio de Janeiro: IPEA, 1988.

COURGÉAU, Daniel. – Modelos Migratórios Simplificados. In: **MOURA, Hélio A . de – Migrações Internas**: Textos selecionados. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980.

ECO, Umberto. - **Como se faz uma tese**. 2ª ed. São Paulo : Perspectiva, 1988

FARIA, Vilmar. **Cinquenta anos de urbanização no Brasil in: Novos Estudos**,
CEBRASP, Vol.29, março 91, pp. 98-119

FAISSOL, Speridião. **Migrações internas no Brasil e suas repercussões no crescimento urbano e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro : Revista Brasileira de Geografia abr./jun. 1973.

GIL, Antonio Carlos. - **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo : Atlas, 1988

INEP. **Informe Estatístico da Educação Básica: evolução recente das estatísticas da educação básica no Brasil 1998**. Brasília: Inep, 1988.

JARDIM, Antonio da Ponte. - **Deslocamento populacional e segregação sócio-espacial: migrantes originários do município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994

MARTINE, George. - **Migrações Internas no Brasil - Tendências e Perspectivas**.
Brasília : IPLAN, 1989

____ **A Trajetória da modernização Agrícola: a quem beneficia.** Lua Nova, n. 23 p. 7-37 março 1991.

____ **Implicações da Redistribuição Populacional para a Rediscussão da Agenda Ambiental Brasileira.** Trabalho apresentado no Simpósio sobre Urbanização Acelerada e Degradação Ambiental. Brasília, novembro 1992

____ **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Rio de Janeiro : IPEA, jan. 1994.

MILONE, Paulo Cesar. **População, migração e desenvolvimento econômico: evidências do caso brasileiro.** São Paulo : IPE/USP, 1986.

MOLHO, I. – **Theories of Migration: A Review,** Journal of Political Economy 33, 4. 1986, pp 396-419

MORRISON, P.A - **Theoretical Issues in the Desing of Population Mobility Models, in Environment and Planning,** 1973

MOURA, Hélio A - **Migração Interna; textos selecionados.** Fortaleza : BNB, 1980

OLIVEIRA, Luiz Antônio P. de & Celso Cardoso S. Simões (1988). **A situação da fecundidade: determinantes gerais e características da transição recente.** Perfil Estatístico de crianças e mães no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE

PATARRA, Neide L. **“Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil”: O Período Pós-30**”, in **História Geral da Civilização Brasileira**, Volume 2, Tomo III. DIFEL, São Paulo, 1984.

PERILLO, S. – **O Que muda na Dinâmica Migratória no Estado de São Paulo nos Anos Oitenta?** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. Anais . Brasília, 1992

_____. **Aplicações metodológicas para estimar a migração no Estado de São Paulo, no período intercensitário 1970/80.** Informe Demográfico, 16. Fundação SEADE, São Paulo, 1985

RAVENSTEIN, E.G. As leis da migração. In: **MOURA, Hélio A . de – Migrações Internas: Textos selecionados.** Fortaleza, BNB/ETENE, 1980.

RIBEIRO, J.T.L. **Avaliação da migração e de seus efeitos demográficos - o caso do nordeste brasileiro.** Belo Horizonte : CEDEPLAR/UFMG : 1996 (Tese de Doutorado)

RIGOTTI, José I.R. **Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte - década de 70.** Belo Horizonte : CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1994.

SIMÕES, Celso Cardoso S. **Mortalidade infantil e saúde na década de 1980.** Perfil estatístico de criança e mães no Brasil: Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

VETTER, David Michael e SIMÕES, Celso Cardoso as Silva. **Acesso à Infra-Estrutura de Saneamento Básico e Mortalidade.** Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

WOOD, Charles H. **A Demografia da Desigualdade no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

